

Kalinca Wielewski

Anteprojeto de Arquitetura Paisagista do Percurso
de Visita Acessível para as Ruínas da *Villa*
Romana de Milreu, Estoi (Faro)



Faro, 2022

Kalinca Wielewski

Anteprojeto de Arquitetura Paisagista do Percurso
de Visita Acessível para as Ruínas da *Villa*
Romana de Milreu, Estoi (Faro)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Doutora Ana Paula Gomes da Silva e
Professora Doutora Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja



Faro, 2022

Anteprojeto de Arquitetura Paisagista do Percurso
de Visita Acessível para as Ruínas da *Villa Romana*
de Milreu, Estoi (Faro)

Declaração de autoria de trabalho

“Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída”

(Kalinca Wielewski)

COPYRIGHT Kalinca Wielewski

“A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto código do direito do autor e dos direitos conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos”.

RESUMO

O tema da presente dissertação é a elaboração do Anteprojeto de Arquitetura Paisagista do Percurso de Visita Acessível para as Ruínas da *Villa Romana de Milreu* que é um dos vestígios arqueológicos mais relevantes do sul de Portugal e remonta ao século I d.C., tendo sido habitada até ao século XIX d.C.

O interesse turístico do monumento dirige-se à visitantes nacionais e estrangeiros num contexto atual de crescente procura de turismo cultural com acessibilidade total como alternativa ao turismo tradicional algarvio, de mar e sol. Para tanto, o plano que enquadra a elaboração deste percurso acessível foi uma ação conjunta entre a Direção das Ruínas de Milreu e a Universidade do Algarve.

Pretende-se com esta proposta apresentar uma solução que possibilite que todos visitem, conheçam e contemplem o Monumento Nacional através de um percurso acessível que, simultaneamente, também proteja o espólio arqueológico.

Este trabalho foi desenvolvido até a fase de anteprojeto e almeja-se que toda a comunidade seja beneficiada, de modo a que o Monumento Nacional seja conhecido por todos, sem restrições.

Palavras-chave: presença romana no Algarve; turismo patrimonial acessível; arquitetura paisagista em sítios históricos; *Villa Romana de Milreu*.

ABSTRACT

The subject of the present dissertation is the elaboration of the Landscape Architecture Preliminary Project of the Accessible Visiting Route to the Ruins of the Roman *Villa* of Milreu which is one of the most relevant archaeological remains in southern Portugal and dates back to the 1st century AD, having been inhabited until the 19th century AD.

The monument's tourist interest is aimed for national and foreign visitors in a current context of growing demand for cultural tourism with total accessibility as an alternative to traditional Algarve tourism, sea and sun. For that, the plan that frames the elaboration of this accessible route was a joint action between the Direction of Ruins of Milreu and the University of Algarve.

The aim of this proposal is to present a solution that allows everyone to visit, get to know and contemplate the National Monument through an accessible route that, simultaneously, also protects the archaeological remains.

This work was developed until the preliminary design phase and it is hoped that the entire community will benefit, so that the National Monument is known by all, without restrictions.

Keywords: Roman presence in the Algarve; accessible heritage tourism; landscape architecture at historic sites; Roman *Villa* of Milreu.

Agradecimentos

Desde o início deste trabalho pude contar com a participação direta de muitas pessoas que contribuíram e conduziram-me para que eu mantivesse o ânimo e a motivação necessária.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente às professoras doutoras Ana Paula Gomes da Silva e Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja que, sempre com muito carinho, ofereceram toda a sua sabedoria e disposição em prol deste trabalho.

Ao Professor Doutor João Pedro Bernardes, professor de arqueologia da Universidade do Algarve, que, sempre de maneira amável e solícita atendeu-me partilhando todos os seus ensinamentos.

À Doutora Cristina Teté Garcia, arqueóloga da DRCAlg, pela gentileza dispensada e por ter facultado prontamente alguma da bibliografia consultada.

Ao Doutor Mário Fortes, arquiteto paisagista DGPC, pela agradável discussão e pelos conceitos iniciais de projeto.

Ao Dr. Tomás Pereira, técnico do Parques de Sintra - Monte da Lua, que disponibilizou todo o conhecimento adquirido após a conclusão do projeto de acessibilidades do Castelo dos Mouros, Sintra.

À minha família e a Deus.

Lista de figuras:

Figura 1 – Esquema das Unidades de Paisagem do Algarve. Fonte: Abreu, Correia e Oliveira (2004)	5
Figura 2- Mapa das vias romanas do Algarve, segundo Alarcão (1988b); Mantas (1997b, Fig. 2) e Rodrigues (2004). Base cartográfica segundo Mantas (1997b). Adaptado por Catarina Viegas.	6
Figura 3 – Localização do Algarve (Catarina Viegas)	21
Figura 4 – Províncias Romanas ao Sul da Península Ibérica (Catarina Viegas)	21
Figura 5- O Algarve Romano. Vias principais, centros, portos, centros populacionais e estabelecimentos relevantes. (Vasco Gil Mantas, Navegação e portos do Algarve Romano.2016)	22
Figura 6- Limites das <i>civitates</i> do Algarve romano, segundo Alarcão, (1990, Fig. 1) e Mantas (1997a, Fig. 2). Adaptado por Catarina Viegas	23
Figura 7 – Época de Adriano (início do século III d. C.) fase de assentamento C.....	37
Figura 8 – Época Flaviana (século II d. C.) fase de assentamento B.....	37
Figura 9 – (final do século III d.C. e início do século IV d.C.) fase de assentamento E	37
Figura 10 – Dinastia dos Severos (meados do século III d.C.) fase de assentamento D	37
Figura 11 - Época Valentina (final século IV d.C.) fase de assentamento F	38
Figura 12 - Época Visigótica (meados do século V d.C. até final do século VIII d.C.) fase de assentamento G e H.....	38
Figura 13 – cedida pela Direção Regional de Cultura agosto/2019	39
Figura 14 - <i>Villa</i> de Milreu, plano geral com a indicação de quatro zonas ajardinadas em verde. A= Peristilo, B= Termas, C= Lagar de Azeite, D= Lagar de Vinho, E= Templo Funerário, F= Pátio da <i>pars rustica</i> , G= Templo de Culto, H= Armazém	41
Figura 15 – Evolução da zona do peristilo da <i>Villa</i> de Milreu e do <i>triclinium</i> durante a época do baixo e alto império.	44
Figura 16 - Zona Central da <i>pars urbana</i> da <i>Villa</i> de Milreu com peristilo, piscina	

A63, horta A62 e pórtico A60 (ortografia Felix Teichner e adaptação gráfica Katja Bieber, Universidade de Marburgo)	45
Figura 17 – Zona sul da <i>pars urbana</i> da <i>Villa</i> de Milreu com entrada, rua de acesso, Edifício de Culto ((ortografia Felix Teichner e adaptação gráfica Katja Bieber, Universidade de Marburgo).....	45

Em anexo: Lista de peças desenhadas

- Levantamento Topográfico – peça 01
- Planta de Declives – peça 02
- Plano de Diagnóstico – peça 03
- Plano Geral – peça 04
- Cortes – peça 05
- Planta de Implantação Altimétrica – peça 06
- Planta de Pavimentos– peça 07
- Planta de Elementos Construídos e Sinalética – peça 08
- Plano de Plantação – peça 09

ÍNDICE

Introdução	1
<i>Objetivos</i>	1
<i>Metodologia</i>	3
Capítulo I – Algarve, Faro e aldeia de Estoi	4
1.1. Localização e Fisiografia	4
1.2. Rede Viária	5
1.3. Evolução da Ocupação e Povoamento no Algarve	7
1.4. A aldeia de Estoi	9
Capítulo II – O turismo no Algarve	11
2.1. A conjuntura atual	11
2.2. Turismo Patrimonial Acessível	13
Capítulo III - Acessibilidades	15
Capítulo IV - Caso de Estudo fora da região	16
Capítulo V - Instrumentos de Planeamento e Salvaguarda Atuais	19
<i>Planos para Estoi</i>	19
<i>Planos para as Ruínas Romanas de Milreu</i>	19
Capítulo VI – O Algarve Romano: Ossónoba e sua envolvente	21
6.1. Localização:	21
6.2. Aspetos económicos	24
6.3. Aspetos culturais: As <i>Villae</i>	25
Capítulo VII – A <i>Villa</i> de Milreu	28
7.1. A “descoberta” da <i>Villa</i> de Milreu: Campanhas de escavação	29
7.2. Organização espacial e arquitetónica da <i>Villa</i> de Milreu	33
7.3. Os Jardins de Milreu	40
<i>Os Jardins da Villa</i>	41

<i>O Jardim de Peristilo</i>	42
<i>O Jardim das Fontes Termais</i>	46
<i>Monumentos Funerários</i>	46
<i>O Jardim da Fachada Sul</i>	46
<i>Os Arredores do Templo de Culto</i>	47
Capítulo VIII – O contributo da Arquitetura Paisagista para projetos de intervenção e valorização de Sítios Históricos	48
8.1. A Arquitetura Paisagista e sua relação com Sítios Históricos.....	48
8.2. Modelos de Apresentação de Projetos de Arquitetura Paisagista em Sítios Arqueológicos	51
Modelo Interpretativo:.....	52
<i>Modelo Purista:</i>	53
<i>Modelo Imaginário:</i>	53
<i>Modelo de Rede Arqueológica:</i>	53
<i>Modelo de Parque Urbano:</i>	54
Capítulo IX – Proposta de Intervenção e Valorização nas Ruínas Romanas de Milreu: O contributo da Arquitetura Paisagista em Sítios Arqueológicos.....	56
9.1. Diagnóstico dos problemas do percurso de visita atual	57
9.2. Objetivos da intervenção	63
9.3. Descrição da proposta	64
9.4. Adequação da intervenção às características do imóvel e compatibilidade dos materiais.....	67
9.5. Avaliação dos benefícios esperados	68
Conclusões e Considerações Finais	69
Bibliografia.....	71
Fontes da Internet	75
ANEXOS	76
Anexo I – Legislação Nacional sobre Arqueologia e Património.....	76

Anexo II- Legislação internacional sobre o Património e Arqueologia	77
Anexo III- Legislação internacional sobre o Direito à acessibilidade	78
Anexo IV- Legislação nacional sobre o Direito à acessibilidade	78

Introdução

A presente dissertação consiste na elaboração do anteprojeto de arquitetura paisagista para a criação de um percurso de visita acessível para as Ruínas da *Villa Romana* de Milreu, localizadas em Estoi, no concelho de Faro. O projeto responde a uma solicitação da Direção-Geral Património Cultural – Direção Regional de Cultura do Algarve ao curso de Arquitetura Paisagista da Faculdade de Ciências da Universidade do Algarve.

As Ruínas Romanas de Milreu integram o conjunto dos primeiros sítios arqueológicos reconhecidos e classificados como Monumento Nacional em Portugal, em 1910. Desde sua descoberta, por Estácio da Veiga em 1877, já se sabia que se tratava de um conjunto arqueológico de elevado valor científico e patrimonial.

Este património traz consigo toda a cultura do império romano, pilar da civilização ocidental e suscita grande interesse por parte dos visitantes. Persistem, porém, dificuldades ao nível do percurso de visita. Por um lado, não é acessível a todos os utilizadores o que se torna uma limitação. Por outro, a ausência de um percurso definido dificulta a interpretação das ruínas pelo público e coloca-as em risco, devido à facilidade de circulação indevida sobre os próprios vestígios.

O público alvo deste projeto são os visitantes nacionais e estrangeiros que, num contexto atual de crescente procura de turismo cultural, como alternativa ao tradicional turismo algarvio (sol e mar), visitam a *Villa Romana* de Milreu.

A relevância deste projeto de criação de um percurso acessível de visita das Ruínas de Milreu envolve várias temáticas de reflexão, nomeadamente: a importância do turismo cultural para a dinamização da região algarvia e da criação de propostas de turismo alternativas ao turismo convencional; os conceitos de turismo patrimonial acessível e de design universal; a importância da arquitetura paisagista na intervenção e valorização de sítios históricos e as Ruínas de Milreu enquanto importante registo da presença romana no Algarve.

Objetivos

Com o propósito de inclusão dos visitantes de mobilidade reduzida na visita, conhecimento da história e experiência de estar na paisagem envolvente de Milreu, são objetivos da presente dissertação:

1. Compreender a evolução histórica das ruínas de Milreu, a relação dos atuais vestígios com esse processo histórico, bem como os atuais instrumentos de salvaguarda do monumento;

2. Identificar e compilar as orientações atuais relativamente ao turismo acessível;

3. Analisar a situação atual das ruínas de Milreu, identificar constrangimentos relativamente à implementação de um percurso acessível e outras circunstâncias que possam enriquecer a experiência de visita;

4. Estabelecer um percurso de visita acessível e confortável que, simultaneamente, constitua uma barreira de proteção às ruínas;

5. Valorizar, através do percurso, a paisagem envolvente;

6. Melhorar a estratégia de comunicação e descodificação da informação para o visitante;

7. Assegurar a possibilidade de “estar” e “contemplar” o lugar através da definição de áreas de descanso protegidas do sol.

O anteprojeto que foi desenvolvido compõe parte da fase III da abordagem proposta pela Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCAlg), que é a de gerir as Ruínas Romanas de Milreu e assegurar condições de uso pelo público (Lei nº 107/2001) e que foi pensada em quatro momentos¹:

Fase I – Conservação dos Mosaicos Romanos;

Fase II – Conservação e Restauro do Templo de Milreu;

Fase III – Conservação e Restauro das estruturas arqueológicas e drenagens. Melhoria de circulação dos visitantes. Reposição dos elementos arquitetónicos;

Fase IV – Reformulação e atualização de conteúdos dos painéis informativos e edição moderna do livro sobre o Monumento. Colocação de novos painéis. Elaboração de conteúdos para WEB sobre o Monumento.

¹ Garcia, 2015: Fase I., p.07

Metodologia

A presente dissertação estrutura-se em nove capítulos. O Capítulo I aborda a história da ocupação do território do Algarve, de Faro e da aldeia de Estoi do período Romano até a atualidade. O Capítulo II debruça-se sobre o Turismo no Algarve e sobre o conceito de Turismo Patrimonial Acessível e sobre o uso do Design Universal. O Capítulo III aborda o tema das acessibilidades, o Capítulo IV traz um caso de estudo fora da região e o Capítulo V, os instrumentos de planeamento. O Capítulo VI apresenta a análise do Algarve Romano para o entendimento do aparecimento de Ossónoba e sua articulação com o território envolvente, com a localização e caracterização do objeto de intervenção que é o tema do Capítulo VII onde a *Villa* de Milreu é apresentada.

O Capítulo VIII mostra o contributo da Arquitetura Paisagista para projetos de intervenções e valorizações de Sítios Históricos e o Capítulo IX apresenta a proposta de Projeto de Percurso Acessível para as Ruínas Romanas de Milreu.

Para a realização deste trabalho de projeto usaram-se várias estratégias de investigação. Realizaram-se entrevistas com especialistas de arqueologia e responsáveis pelas ruínas de Milreu, nomeadamente Doutora Cristina Garcia, Arqueóloga da Direção Regional de Cultura do Algarve; Doutor Mário Fortes, Arquiteto Paisagista da Direção-Geral do Património Cultural e Professor Doutor João Pedro Bernardes, Arqueólogo da Universidade do Algarve. Paralelamente foram realizadas: pesquisa bibliográfica que incluiu legislação nacional e códigos de boas práticas da comunidade europeia relativamente à acessibilidade; pesquisa cartográfica; levantamento fotográfico e trabalho de campo no local de intervenção; visita guiada ao Castelo dos Mouros no Parque de Sintra – Monte da Lua, considerado um exemplo de referência.

No processo de projeto o método de biografia da paisagem² foi utilizado como base para a conceção projetual. Este método usa a pesquisa de dados arqueológicos, geográficos, fontes e métodos e históricos, sociais, arquitetónicos e outros e a reflexão histórica como estratégias para a formulação de questões atuais dirigidas ao planeamento e gestão da paisagem objeto de intervenção e direciona a pesquisa e identificação de soluções de projeto.

² KOLEN; RENES; BOSMA, 2011: pp. 223-224.

Capítulo I – Algarve, Faro e aldeia de Estoi

1.1. Localização e Fisiografia

O Algarve sempre possuiu uma posição geográfica privilegiada que influenciou no seu desenvolvimento: está localizado no extremo sul de Portugal e no extremo oeste da Europa. A sua relação com o mar é permanente³ e intensa. É formado por três diferentes regiões: a Serra a norte, uma faixa intermédia chamada de Algarve Calcário ou Barrocal e a Sul o litoral. A Serra possui uma grande diversidade paisagística, sendo composta por bosques fragmentários de azinhais, carvalhais e suas etapas de substituição (medronhais, carrascais, sargaçais, tojais e tomilhais) com campos de alfarrobeiras e amendoeiras entremeados de vegetação ribeirinha nos pontos de menor altitude⁴. Os pontos mais altos estão em Monchique (902 m.), na Picota (774 m.) e no Caldeirão (570 m.) Esta faixa serve de obstáculo aos ventos frios do Norte e concentra os ventos quentes vindos no norte da África⁵.

O Barrocal apresenta pequenas elevações por entre vales e ribeiras, com algumas áreas planas onde são cultivados tanto pomares de sequeiro (alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras) quanto culturas de regadio. A forma de seu território constitui um anfiteatro natural voltado para o mar⁶. A faixa do litoral, associada aos ventos, divide-se exatamente em Faro em duas partes distintas: Barlavento e Sotavento. A leste, de Vila Real de Santo António a Faro, está marcada pela Ria Formosa, um sapal com ilhas barreira, que protege a região do mar. A oeste, de Faro a Sagres, ocorre uma costa com escarpas. Demograficamente mais densa, esta constitui a área de maior atração⁷ (Fig. 1).

³ MALLOBIA, 2009: p.40

⁴ GOMES, 1998: p.30

⁵ BRAGANÇA; GONÇALVES; PRATES: p.23

⁶ *ibidem*

⁷ MALLOBIA, 2009: p.43

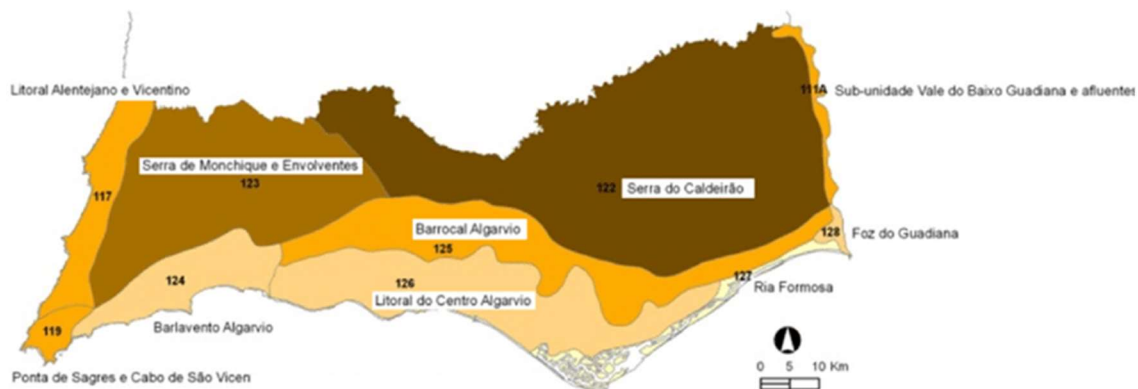


Figura 1 – Esquema das Unidades de Paisagem do Algarve. (Fonte: Abreu, Correia e Oliveira, 2004)

Esta condição especial sempre propiciou um maior contacto com o mundo mediterrânico do que o restante do país, mais ao norte, afetando todo o seu desenvolvimento económico, cultural e social. O seu território interior (Barrocal e Serra) sempre forneceu o alimento, através das propriedades agrícolas em terrenos férteis de hortas e pomares. Esta relação sempre aconteceu e reforça a economia da região⁸.

1.2. Rede Viária

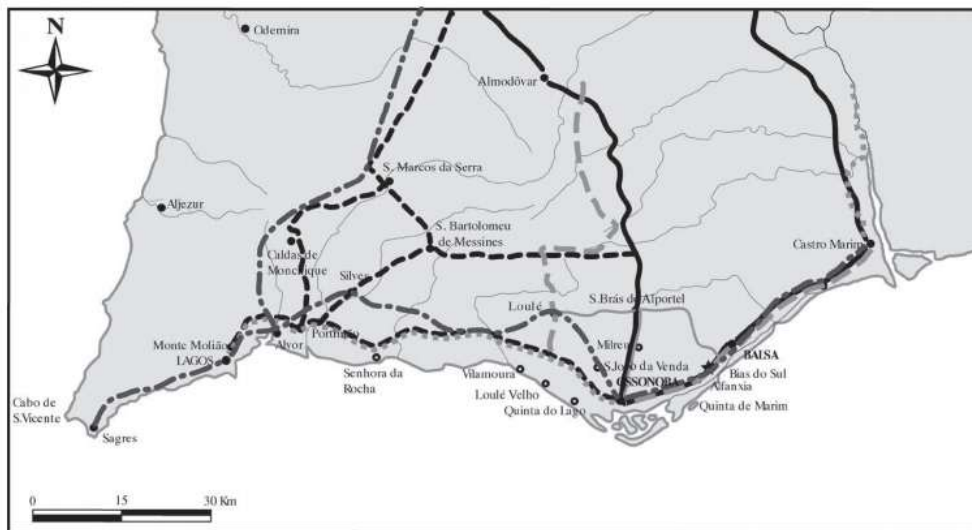
A rede viária que a ocupação romana estruturou foi utilizada por todos os povos que a sucederam. “Milreu estava bem conectada por uma via que ligava a cidade costeira de Ossónoba com *Pax Julia*”⁹. Existiam vias que atravessavam a Serra com ligação para o norte, sendo que uma delas passava por Milreu. Existia também uma via longitudinal que percorria os principais núcleos urbanos do Algarve.

Durante a ocupação árabe estas vias permaneceram e surgiram outras, de carácter inter-regional¹⁰. Na era medieval a comunicação fluvial e marítima tinha maior importância devido à maior rapidez e segurança. Posteriormente a rede viária terrestre manteve-se, sofrendo algumas adaptações. (Figura 2).

⁸ *ibidem*

⁹ BRUHLMANN; TEICHNER, 2020: p.160

¹⁰ MALLOBIA, 2009: p.44



Traçado aproximado das vias romanas do Algarve, segundo Mantas (1997b), Alarcão (1988b) e Rodrigues (2004), (adaptado).

Figura 2- Mapa das

Mantas (1997b):	Alarcão (1988b):	Rodrigues (2004):
— Vias do Itinerário de Antonino	— Via	— Troço confirmado
- - - Outras vias		- - - Troço provável
		— Via secundária

vias romanas do Algarve, segundo Alarcão (fonte: Viegas, 2011)

Somente a partir do século XIX houve a necessidade de uma rede viária mais complexa. Os antigos caminhos formam hoje dois eixos paralelos à costa que constituem os eixos principais da rede viária atual. Um pela Serra ligando, no sentido leste-oeste, os principais núcleos rurais: Aljezur, Monchique, São Bartolomeu de Messines, Alte, Salir, Barranco Velho, Cachopo, Martim Longo e Alcoutim e outro, pelo Barrocal, unindo Mexilhoeira Grande, Estômbar, Alcantarilha, Boliqueime, Loulé, São Brás de Alportel, Santa Catarina até Castro Marim. Perpendicularmente, de norte a Sul, uma via liga São Brás de Alportel, Estoi, Faro e Olhão¹¹, chamada N2. Em 2004 foi inaugurada a autoestrada A2, principal ponto de chegada ao Algarve ligando à Via do Infante, A22, paralela a EN125, construída nos anos 90 e que trouxe grandes ruturas na paisagem, interrompendo caminhos antigos¹².

¹¹ RODRIGUES, 2004: p.14

¹² MALLOBIA, 2009: p.44

1.3. Evolução da Ocupação e Povoamento no Algarve

A presença humana no Algarve sempre esteve ligada às atividades agrícolas ou marítimas. A organização do território, estruturada pelo Império Romano, propiciou um grande desenvolvimento urbano. De Sagres até Gibraltar o território era chamado de Turtedania por Estrabão¹³ e possuía três núcleos principais: Balsa (Tavira), Ossónoba (Faro) e Myrtilis (Mértola). Ossónoba, a capital com poderes administrativos mais importantes, proporcionou a implantação das *Villae*, unidades de produção, por todo o território costeiro e também o mais interior, que foi objeto de melhorias na sua rede viária¹⁴. Havia *Villae* costeiras para a produção de produtos marinhos ou piscícolas, mineiras para a extração dos minérios e rústicas para a produção de produtos agrícolas.

Neste território contíguo à capital, as linhas de água estavam associadas a terrenos mais férteis e também facilitavam o escoamento da produção, uma vez que nesta época eram ainda navegáveis¹⁵. Com esta rede de produção, o território organizava-se e desenvolvia-se, controlado pelos principais centros urbanos que eram os polos de consumo, distribuição e escoamento destes produtos¹⁶. A ocupação romana deixou marcas profundas na estrutura e organização da região. A ocupação islâmica deu prosseguimento a este modelo, consolidando-o. Foi em 1249, quando D. Afonso III realizou a “Reconquista Cristã” do território, que o Algarve assumiu os seus contornos atuais e se reorganizou administrativamente. São desta época os incentivos régios de distribuição de terras, atribuição de foros à nobreza e às ordens militares¹⁷.

Nos séculos XV e XVI a política de expansão conquistou muitos territórios no Norte de África, proporcionando um papel de protagonismo ao Algarve, devido à dinamização económica¹⁸. Os produtos do Barrocal eram muito valorizados (figos, azeite, mel e couro) e proporcionavam o desenvolvimento do

¹³ MALLOBIA, 2009: p.46.

¹⁴ *ibidem*

¹⁵ BERNARDES, 2012: p.35

¹⁶ MALLOBIA, 2009: p.44

¹⁷ *idem*, p.47

¹⁸ *ibidem*

território como um todo¹⁹.

Em 1580, a par com a perda do domínio do Norte de África, Portugal perdeu a sua independência e Faro o seu estatuto de centro efetivo do Reino algarvio. Como consequência o centro urbano perdeu atração e aconteceu um crescimento populacional no Barrocal e na Serra²⁰. Assim, o comércio dos produtos agrícolas cresceu, fortalecendo esta região. Neste contexto, Estoi, assim como Alcantarilha, Mexilhoeira Grande, Algoz, Pera e Moncarapacho, foram freguesias rurais que se destacaram. Eram também freguesias mais seguras pois estavam mais distantes dos ataques de piratas, geradores de muita insegurança no litoral²¹.

No século XVII a atividade económica voltou a crescer com grupos catalães e ingleses operando na região e exportando seus produtos. Em 1773, Marquês de Pombal promoveu a reorganização administrativa do Algarve, tendo sido criadas condições para que as primeiras indústrias de transformação, ligadas à pesca e à transformação de frutos secos, se instalassem. O povoamento no Barrocal era disperso, distante uma ou léguas da igreja mais próxima. Nas aldeias ou vilas organizam-se feiras ou mercados mas, os lavradores mais abastados faziam seus próprios mercados. Eram eles quem habitava os espaços rurais mas os proprietários das melhores terras eram os habitantes da cidade, que possuíam uma quinta ou uma casa na aldeia, onde passavam longos períodos²².

No final do século XIX a indústria conserveira e da cortiça estavam bastante ativas beneficiando Faro (que possuía as duas indústrias), Olhão, Portimão, Vila Real de Santo António, São Brás de Alportel e Silves. Existia uma conjuntura que movimentava também indústrias complementares, distribuídas por todo o território envolvente e que favoreceu Estoi e Moncarapacho, próximos dos centros importantes de Faro e Olhão.

A partir da segunda metade do século XX, a indústria do turismo que se impôs na região, alterou novamente algumas características da ocupação,

¹⁹ MALLOBIA, 2009: p.52

²⁰ MAGALHÃES, 1993: p.84

²¹ *ibidem*

²² *ibidem*

provocando modificações nas paisagens urbana e rural. Houve uma densificação da costa, desproporcional relativamente à escala do núcleo urbano e uma anulação da paisagem natural²³. Isto aconteceu na Praia da Rocha, Quarteira, Albufeira e Monte Gordo. Surgiram ainda aglomerados planificados, de habitação sazonal, com grande área de vegetação exótica apoiados em planos turísticos como o de Vilamoura e Aldeia das Açoteias. Esta especulação imobiliária tendeu, pouco a pouco, a afetar o meio rural com a ocupação dispersa de propriedades isoladas que, aproveitando a visão do mar, ocuparam escarpas e terrenos acidentados criando caminhos, vedações e circulações que modificaram o território²⁴.

1.4. A aldeia de Estoi

Nesta relação complementar entre o mundo rural e o mar assentou-se a aldeia de Estoi distante 900 metros da Nascente da *Villa* de Milreu com os primeiros relatos do período medieval, dos séculos XV e XVI, apoiadas nas Visitações da Ordem de São Tiago que associavam as ruínas à antiga Ossónoba²⁵.

Situada em uma encosta com vista para o mar, a paisagem, o território envolvente, a abundância de água e a conexão com Faro são condicionantes que desde sempre marcaram a história e a funcionalidade da aldeia de Estoi ²⁶. Sua estrutura urbana atual assenta em linhas de crescimento naturais, resultante de condicionantes de relevo, da orientação traçada pelo parcelar rural ou prolongamentos de caminhos ²⁷.

Em 1600, Estoi e São Brás de Alportel eram populosas freguesias com aglomerados mais estruturados e com menor população dispersa pelo território. A indústria corticeira e a produção de sequeiro atingiu seu ápice em 1837 o que atraiu uma população significativa para Estoi.

Em 1960 impõe-se na região a indústria do turismo com novas regras de

²³ MALLOBIA, 2009: p.52

²⁴ *idem*, p. 53

²⁵ *idem*, p.18

²⁶ *ibidem*

²⁷ *ibidem*

ocupação e uma nova vivência irá surgir com profundas modificações na paisagem urbana e rural ²⁸. São as zonas “peri-urbanas” na costa que sofrem primeiro uma forte densificação e adulteração com ocupações sazonais, com perturbação e anulação da paisagem natural principalmente na Praia da Rocha, Quarteira, Albufeira e Monte Gordo. Surgem também aglomerados planificados como Vilamoura. No meio rural este desenvolvimento prolonga-se progressivamente com uma ocupação dispersa que tenta capturar a vista do mar nas escarpas impondo novos caminhos em terrenos acidentados e pouco acessíveis modificando sensivelmente o território com propriedades isoladas e cada vez menores

Em meio a este contexto, Estoi hoje constitui freguesia de Faro juntamente com Conceição, possui 68,4 km² de extensão e 8.176 habitantes. É um núcleo urbano de traçado orgânico (irregular em seu início e reticulado em seu crescimento nos séculos XIX e XX) que acumula um património invejável: além das ruínas romanas de Milreu possui a Igreja Matriz construída no século XVI e reedificada nos séculos XVII e XIX, o Palácio de Estoi com seus jardins, fonte e estatuária construído entre 1782 e 1783, a Ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz, templo seiscentista onde se podem encontrar azulejos do século XVII e uma imagem de Nossa Senhora datada do século XVIII²⁹.

Estoi possui todos os elementos para se tornar, dentro da apresentação de projeto de Arquitetura Paisagista, um modelo de Rede Arqueológica³⁰ pois possui uma paisagem cultural complexa, de várias camadas históricas, permitindo a articulação de *Villa* de Milreu com toda a envolvente e não um monumento isolado.

²⁸ *idem*, p.52

²⁹ <https://www.cm-faro.pt/pt/19702/aldeia-de-estoi-vence-mais-uma-etapa-a-caminho-de-se-tornar-uma-das-7-maravilhas-de-portugal.aspx>

³⁰ MOSLER, 2006: p.104

Capítulo II – O turismo no Algarve

O Algarve, que conta com uma área de 5.412 km² e uma população de 441.913 habitantes³¹ tem atualmente no turismo a sua principal atividade económica. Constitui o principal polo de turismo de Portugal e um dos mais importantes da Europa

Possui o mesmo perfil de crescimento, mortalidade e natalidade do resto do país, ou seja, uma população que envelhece e morre e que não é substituída pelos nascimentos, que apresentam uma acentuada queda. Mas a região conta com o crescente interesse de moradores estrangeiros, na sua maioria reformados e de portugueses que retornam ao país, incentivados pelo governo³².

Atualmente, em comparação com outros destinos turísticos, o Algarve tem a fama de local seguro e hospitaleiro, o que aumenta sua capacidade de atração do turismo, fortalecendo este motor que dinamiza a economia da região e do país³³.

2.1. A conjuntura atual

A tendência atual para o turismo do Algarve indica que o público alvo está a crescer e sua filosofia, a mudar, passando de um turismo exclusivo de sol e praia para a incorporação do turismo cultural. Como estratégia para o futuro (2027) o governo de Portugal estabelece cinco eixos estratégicos³⁴:

“valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a afirmação do turismo na economia do mar a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura;

impulsionar a economia, que respeita à competitividade das empresas; à simplificação, desburocratização e redução dos custos de contexto; à atração de investimento; à qualificação da oferta; à economia circular; ao empreendedorismo e inovação;

potenciar o conhecimento, em que se inclui a valorização das profissões do turismo; a formação de recursos humanos; a capacitação em contínuo os

³¹ Ine/Pordata. Última atualização em 26/06/2015

³² *idem*

³³ Ministério da Saúde, 2017

³⁴ Turismo de Portugal, 2017: p.04

empresários e gestores; a difusão de conhecimento e informação; a afirmação de Portugal como smart destination;

gerar redes e conectividade, através do reforço de rotas aéreas ao longo do ano e da mobilidade no território; da promoção do «turismo para todos», numa ótica inclusiva; do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; do trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores;

projetar Portugal, aumentando a notoriedade de Portugal nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar e de grandes eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional.”

A peça chave para esta tendência de valorização do património histórico cultural no Algarve é o Aeroporto Internacional de Faro, capital da região, que recebeu, em 2017, o número de 8.728.876 passageiros³⁵ e é a porta de entrada e saída para turistas que outrora buscavam apenas o sol, praia e natureza.

É um fato que Faro carece de meios de transporte alternativos, como o reforço dos transportes ferroviários, a criação de ciclovias, de uma estratégia regional/nacional de inovações tecnológicas ligadas ao mar e meio ambiente, de um turismo sustentável menos sazonal e de planeamento sustentável. Os seus indicadores atuais de acessibilidade, espaços verdes e ordenamento urbano são desfavoráveis. Porém, estas questões são compensadas por um património histórico e cultural dos mais relevantes de todo o Algarve, com vestígios de ocupação desde o paleolítico. Destacam-se também os vestígios romanos entre os quais os relacionados com Ossónoba, atual Faro ³⁶.

Não se pode esquecer que o turismo é uma função dos sítios históricos e não seu único objetivo. A apresentação do património ao público, atualmente não representa uma ameaça, mas sim uma das formas para a conservação, pois leva à conscientização da sua importância histórica, assim como, a um maior conhecimento da paisagem envolvente³⁷.

Dentro desse contexto a proposta de um percurso acessível que faz parte da Fase III da Conservação e Restauro das ruínas romanas de Milreu adquire uma nova e maior dimensão.

³⁵ INE/PORDATA. Última atualização em 11/12/2018

³⁶ *ibidem*

³⁷ MOSSLER, 2006: p.79

2.2. Turismo Patrimonial Acessível

O conceito de Turismo Patrimonial Acessível tem origem na fusão das noções de Turismo Cultural, Turismo Acessível e Turismo para Todos e tem enfoque na visita turística dos monumentos, palácios e museus como um património de todos. Este contexto mais alargado inclui uma parcela maior da população³⁸ o que justifica a adaptação do percurso de visita dos monumentos.

O termo acessibilidade é comumente associado ao espaço físico ou arquitetónico. Mas hoje, este conceito é mais amplo e tem muitos aspetos. Nesse contexto pode ser adotado para designar estratégias e ações para eliminar barreiras físicas, intelectuais e sociais³⁹. Trabalhar com este conceito, pressupõe adequar declives de percurso larguras de passagem e de mudanças de direção, proteger visitantes de quedas e de acessos inadequados ao património com guarda corpos, adequar a sinalética com inclusão de pictogramas, painéis antirreflexo e letras maiores, mais legíveis, otimizar a comunicação e divulgação e fazer uso de consultoria de pessoas com deficiência ou incapacidades específicas⁴⁰.

O termo inclusão é o resultado das ações acima citadas que tornam o património mais acessível, permitindo que todas as pessoas que queiram visitá-lo tenham uma experiência marcante e transformadora, de maneira positiva, nas suas vidas⁴¹.

A noção de *Design Universal* é muito útil para o projeto de sítios históricos. Também conhecida como *Design para todos*, *Design total* ou *Design inclusivo*, dá significado a um tipo de projeto que assume estes conceitos de exclusividade na conceção projetual, ou seja, na essência do projeto e determinando seu carácter⁴². A aplicação do conceito de *design universal* a equipamentos e estruturas arquitetónicas, assim como, à circulação e comunicação entre os espaços, traduz-se em espaços que podem ser utilizados pelas pessoas sem maiores adaptações, permitindo a fruição do espaço independente da idade,

³⁸ Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, 2017: p.9

³⁹ *ibidem*

⁴⁰ *ibidem*

⁴¹ *ibidem*

⁴² *ibidem*

estatura ou capacidade de cada um. Deste modo, todos usam as mesmas rampas e as mesmas estruturas de proteção, em espaços simples e muitas vezes de menor custo. O design universal funciona como um instrumento privilegiado para a concretização da acessibilidade e conseqüentemente da inclusão social⁴³.

Este conceito foi criado em 1997 por peritos do Centro Universal do Desenho da Universidade da Carolina do Norte e obedece a sete princípios⁴⁴:

- *“Princípio n.º 1 - Uso equitativo: pode ser utilizado por pessoas com diferentes capacidades, de maneira idêntica ou equivalente;*
- *Princípio n.º 2 - Flexibilidade de utilização: permite escolher a forma de utilização, garantindo adaptabilidade, de acordo com as preferências e capacidades individuais;*
- *Princípio n.º 3 - Uso simples e intuitivo: fácil de compreender, eliminando a complexidade desnecessária, independentemente da experiência, conhecimentos, competências linguísticas ou nível de concentração dos utilizadores;*
- *Princípio n.º 4 - Informação perceptível: que comunica de maneira eficaz, utilizando diferentes formatos (pictográfico, verbal, tátil) para apresentar a informação;*
- *Princípio n.º 5 - Tolerância ao erro: minimiza riscos e conseqüências negativas que podem resultar de ações acidentais ou involuntárias garantindo características de falha segura;*
- *Princípio n.º 6 - Esforço físico mínimo: utiliza a ergonomia para manter uma postura corporal neutra que permita o uso confortável, eficaz e com um mínimo de fadiga;*
- *Princípio n.º 7 - Dimensão e espaço de abordagem e de utilização: tem um tamanho e um espaço apropriados para aproximação, alcance, manuseamento e uso, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador.”⁴⁵*

⁴³ Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, 2017: p.9

⁴⁴ Centro de Habilitação de Gaia

⁴⁵ Centro de Habilitação de Gaia

Capítulo III - Acessibilidades

Atualmente, o termo acessibilidade é visto como uma questão de direitos humanos, estando presente nas leis de diversos países do mundo ⁴⁶. Compreende a oferta de igualdade de oportunidades, o direito de não ser discriminado e também a participação e inclusão em todos os momentos da vida em sociedade. Oferecer acesso físico aos monumentos é igualmente importante, desde a primeira infância à idade avançada, independentemente da cultura, língua e das competências ou necessidades específicas⁴⁷.

Para que a qualidade da experiência vivida durante a visita seja positiva e marcante, a comunicação de um monumento deve apelar aos vários sentidos, para que cada utilizador possa aproveitar, da maneira que lhe for mais conveniente. Possibilitar condições de acesso seguro e confortável permite que cada visitante possa integrar um novo conhecimento ao que já possui. Ao gerar bem-estar favorece também o bem-estar emocional permitindo a retenção do conhecimento adquirido. Também permite uma boa lembrança, que se poderá traduzir numa recomendação a outros visitantes e até um regresso ao monumento⁴⁸.

Num documento emitido em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a acessibilidade deve ser tratada como “incapacidade” e não como “deficiência” resultando numa classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Esta classificação tem em conta a relação do indivíduo com o meio a partir de dois conceitos de saúde: a funcionalidade e a incapacidade. Um dos motivos para a incapacidade pode ser a deficiência mas, a incapacidade “é uma experiência humana universal muito mais abrangente e independente da deficiência”⁴⁹.

Por um lado a deficiência pode não significar incapacidade. Por outro todos têm momentaneamente incapacidades ao longo da vida. Existe também o fato mundial do envelhecimento da população que aumenta a incapacidade

⁴⁶ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publicos/acessibilidade/publicacoes/>

⁴⁷ Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, 2017: p.9

⁴⁸ *idem*, p.5

⁴⁹ *ibidem*

física. Se incluirmos neste âmbito os carrinhos de bebés, pessoas com excesso de peso ou em más condições físicas, a parcela de pessoas abrangidas aumenta muito.

Este olhar mais apurado é uma oportunidade para atrair mais visitantes, quer nacionais quer internacionais aos monumentos. Em simultâneo, também qualifica a oferta turística e dá-lhe visibilidade, uma vez que estes espaços atendem às melhores práticas a nível nacional e internacional⁵⁰.

Além dos projetos atenderem à legislação vigente, alguns pormenores que lhe escapam podem ser resolvidos através do acompanhamento de uma consultoria feita por pessoas com deficiência que se interessem por arte e cultura e que já tenham experiência em projetos de inclusão e acessibilidade cultural.

Existem entidades em Portugal que fazem este serviço nomeadamente a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS), a Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) e a Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS). Desta maneira as soluções são avaliadas e testadas antes, durante e depois de sua implementação⁵¹.

O direito de acesso à cultura tem enquadramento nas legislações e recomendações internacionais e nacionais⁵².

A intervenção para a construção de um percurso acessível nas Ruínas Romanas de Milreu, coloca o Monumento Nacional de acordo com a normas vigentes e apto para atender à maior demanda de Turismo Cultural esperada para os próximos anos.

Capítulo IV - Caso de Estudo fora da região

Após a UNESCO classificar a Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade foi criada a Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. (PSML), uma empresa de capitais públicos que reúne instituições com responsabilidade de salvaguarda e valorização desta paisagem. O Estado

⁵⁰ *Idem*: p.6

⁵¹ Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, 2017: p. 07

⁵² *ibidem*

Português entregou a esta sociedade a gestão das suas principais propriedades, gestão esta, que não recorre ao orçamento público. A renda gerada pela bilheteira, lojas, aluguer dos espaços e cafeteiras cobre as despesas com manutenção e recuperação do património⁵³.

A PSML iniciou em 2011 o projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor” em que se pretendeu melhorar as condições de acessibilidade ao património natural e construído da sua responsabilidade e também ser exemplo de boas práticas de turismo acessível⁵⁴.

Como já referido, a Comissão Europeia chama a atenção para o desenvolvimento de planos de ação para a inclusão das pessoas com deficiência. Como preconizado pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948, no capítulo 27, todas as pessoas, independente de suas capacidades e características, têm o direito ao acesso às artes e à cultura⁵⁵.

O investimento neste projeto foi de 2 milhões de euros e foi cofinanciado pelo Turismo de Portugal em 25%. Iniciou com a investigação sobre práticas globais e contou com a consultoria de associações nacionais do setor, nomeadamente, a ACAPO, a APS (Associação Portuguesa de Surdos) e a Associação Salvador. Esta consultoria, que faz parte das Boas Práticas de Acessibilidade, foi adotada nos projetos de acessibilidade para Sintra, geridos pela empresa Monte da Lua, que recebe, no seu conjunto dos seus monumentos 3,5 milhões de visitantes anualmente⁵⁶.

Existia, principalmente no monumento Castelo dos Mouros, uma dificuldade para se atender ao Decreto-Lei nº 163/2006 que funciona bem para novas edificações, mas que não se aplica com tanta facilidade a elementos de património histórico. As consultorias contratadas foram fundamentais para o sucesso do projeto e aprendeu-se que o importante é criar condições de uso físico do espaço mesmo que este não seja autónomo⁵⁷.

⁵³ <https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/quem-somos/>

⁵⁴ *idem*

⁵⁵ *idem*

⁵⁶ Entrevista com Tomas Pereira, da equipa do projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor” em Sintra, 2019.

⁵⁷ *idem*

Numa visita ao monumento o visitante conta com: estacionamento para pessoas com deficiência, pessoas na receção capacitadas em língua gestual portuguesa básica, a possibilidade de conectar a sua própria cadeira a um equipamento de tração (Swiss Trap que permite vencer declives até 20%), plataforma elevatória vertical, loja e cafeteira acessíveis, autocarros e transportes elétricos adaptados, sinalética renovada com inclusão de pictogramas, painéis antirreflexo e letras legíveis e acesso a zonas de descanso e de fruição do parque⁵⁸. Existem três níveis de projeto: o autónomo feito com rampas; o autónomo feito com o equipamento de tração (Swiss Trap); e o que dá acesso, mas que exige auxílio, feito com o trepador de escadas⁵⁹.

Quando se iniciou o projeto pensava-se apenas na acessibilidade dos percursos externos aos monumentos, mas depois avançou-se para a acessibilidade física interna dos monumentos com o uso de caminhos alternativos e também acessibilidade visual e auditiva com máquinas táteis, réplicas de azulejos e realidade aumentada ou virtual.

O projeto de acessibilidade do Castelo dos Mouros alcançou três dimensões⁶⁰:

- Física, ao melhorar as condições de mobilidade proporcionando segurança e autonomia por parte de todos;
- de Informação, ao melhorar a sinalética e conseqüentemente a comunicação para todos;
- de serviços, atendendo a um público maior e mais diversificado inclusive com deficiências, garantindo a transmissão da cultura.

Desta maneira a Parques de Sintra – Monte da Lua alcançou maior visibilidade tornando-se membro da ENAT (European Network for Accessible Tourism) e sócia da Acesso à Cultura, associação cultural que promove a acessibilidade em Portugal⁶¹.

⁵⁸ <https://www.parquesdesintra.pt/planear-a-sua-visita/acessibilidades/sobre-o-projeto/>

⁵⁹ Entrevista com Tomas Pereira responsável pelo projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor” em Sintra, 2019.

⁶⁰ *idem*

⁶¹ *idem*

Capítulo V - Instrumentos de Planeamento e Salvaguarda Atuais

Planos para Estoi

Atualmente Estoi, freguesia de Faro onde as Ruínas de Milreu se inserem, rege-se pelo Plano Diretor Municipal de Faro, atualizado em 2015.

Como condicionantes de ordenamento do território o seu território é abrangido pela REN (Rede Ecológica Nacional) e pela RAN (Rede Agrícola Nacional), por edifícios classificados e áreas de domínio hídrico público. Existem outros planos em vigor, nomeadamente, o Plano de Urbanização Geral de Estoi de 1981 e Plano de Pormenor de Estoi, de 1996, alterado em 2001 e em 2009⁶².

Entre os edifícios classificados estão:

- As Ruínas de Milreu, classificadas como Monumento Nacional, de publicação no Diário do Governo nº 136 de 23 de junho de 1910;
- O Palácio e Jardim de Estoi classificado como imóvel de Interesse Público, pelo Decreto lei 129/177 de 29 de setembro de 1977;
- O Núcleo urbano histórico de Estoi, em vias de classificação (Proposta de classificação do núcleo urbano histórico ,1996).

Planos para as Ruínas Romanas de Milreu

Entre 2001 e 2003 o extinto Instituto Português do Património Arquitectónico construiu o Centro de Interpretação e restaurou a Casa Rural, tendo ainda sido elencados na época os principais problemas de conservação do sítio arqueológico de Milreu.

Em 2009, foi solicitada a colaboração do Museu de Conímbriga, Dr. Virgílio Correia e do seu técnico superior de restauro Dr. Pedro Sales, que verificaram o estado geral de degradação do Monumento e se dispuseram a acompanhar e colaborar com a conservação/restauro. Contudo, o processo não teve continuidade. Até 2015, quando Cristina Garcia desenvolveu o Relatório de Conservação Restauro, o monumento apresentava um nível de deterioração e desgaste elevado⁶⁴.

⁶² MALLOBIA, 2009: p. 255

⁶⁴ Garcia, 2015

As Ruínas de Milreu enquadram-se no nível nº1 de prioridade de investimento regional conforme Portaria nº57-B/2015 de 27 de fevereiro (alínea a do nº 1 do artigo 114), qualificação, reabilitação e restauro do património cultural integrado numa estratégia de turismo e/ou cultural e está habilitada a receber investimentos da Comissão Europeia.

Pela lei nº107/2001 e Decreto lei nº114/2012 é dever da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCAlg) gerir e garantir a fruição do público à *Villa Romana de Milreu*. Para tal, foi preparado, em 2018, o Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu⁶⁶, que se enquadra nos princípios fundamentais do Estado de garantir a transmissão da herança nacional através da proteção e valorização de seu Património Cultural.

Este programa inscreve-se no Programa Operacional CRESC Algarve 2020 no Eixo Prioritário 4 (reforçar a competitividade do território), prioridade de investimento 6.3 (conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do Património Cultural e Natural), do regulamento específico do domínio da Sustentabilidade e Eficiência de Recursos (portaria nº57-B/2015 de 27 de fevereiro)⁶⁷.

⁶⁶ Garcia, 2017: p.3

⁶⁷ *ibidem*

Capítulo VI – O Algarve Romano: Ossónoba e sua envolvente

6.1. Localização:

As Ruínas Romanas de Milreu situam-se no território de Ossónoba, cidade no extremo sul da península ibérica, na região da antiga província romana da Lusitânia, atual Algarve. Sempre foi uma escala importante para as navegações de longo alcance do Oceano Atlântico e devido à sua posição geográfica, vizinha ao Golfo de Cádiz no Estreito de Gibraltar, atuou como porta de entrada para o Mar Mediterrâneo⁶⁸. Desde o século VIII a. C. gregos e fenícios já realizavam suas trocas comerciais nesta cidade portuária que, a partir do século III a.C., foi ocupada por povos romanos. (Figura 3 e 4).

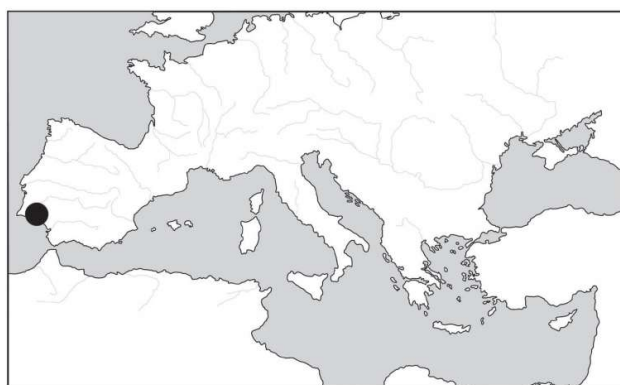


Figura 3 – Localização do Algarve (fonte: Viegas, 2011)

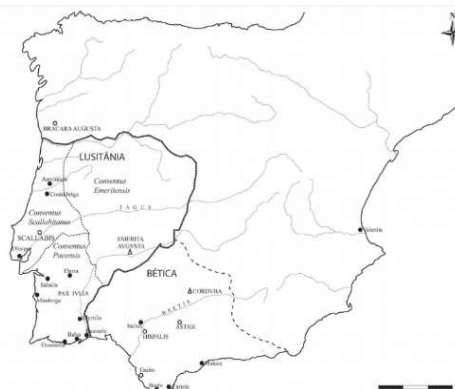


Figura 4 – Províncias Romanas ao Sul da Península Ibérica (fonte: Viegas, 2011).

No litoral de Ossónoba, faz-se a divisão de duas regiões distintas: Sotavento e Barlavento. O Sotavento é uma região protegida por uma barreira de ilhas: a reserva do Parque Natural da Ria Formosa, integrado na Rede Natura 2000 e o Barlavento que é o litoral mais exposto, onde existe a formação de falésias. O Sotavento algarvio, desde cedo habitado por povos mediterrânicos, foi a região imediatamente aculturada pelo império romano⁶⁹ muito em função de ser a continuidade do litoral andaluz (Figura 5).

⁶⁸ MANTAS, 2016: p. 29

⁶⁹ BERNARDES, 2012: p. 36

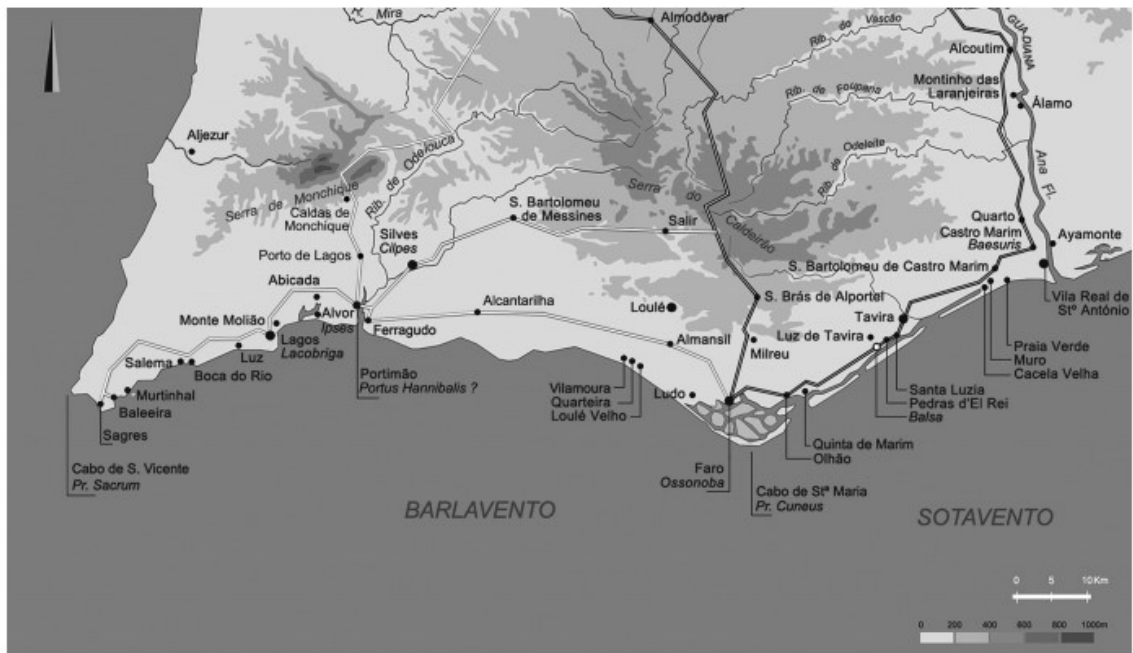


Figura 5- O Algarve Romano. Vias principais, centros, portos, centros populacionais e estabelecimentos relevantes. (fonte: Mantas, 2016)

Apesar da grande densidade populacional na região de Lagos, o Barlavento algarvio nunca chegou a ser totalmente romanizado. Os seus aglomerados urbanos atingiram a pré-romanidade sem terem alcançado a estrutura romana típica, ou seja, nunca apresentaram um núcleo monumental de onde as atividades político-administrativas, económicas ou religiosas emanassem para todo o território a ele submetido⁷⁰.

No Sotavento algarvio, Balsa e Ossónoba foram criadas a partir da organização administrativa que o imperador Augusto estabeleceu em finais do século I d. C. sendo que Ossónoba possuía funções de capital. Esta decisão estimulou a instalação de várias *Villae* em seu território mais interior, a partir da Conceição de Faro. Esta será, provavelmente, a génese da *Villa* de Milreu (Figura 6).

⁷⁰ BERNARDES, 2012: p.36

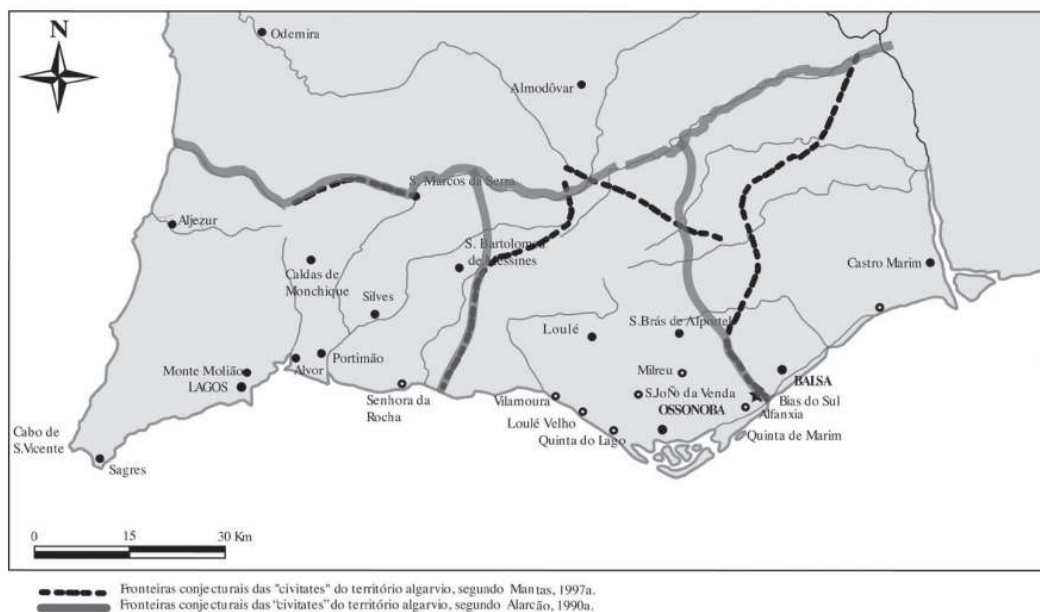


Figura 6- Limites das *civitates* do Algarve romano. (fonte: Viegas,2011)

Ossónoba é considerada uma das cidades portuárias mais importantes da província, citada pela primeira vez por Estrabão em *Geographia*⁷¹ no século I d. C. quando se referia a Turtedania, atual Algarve⁷²:

"(...) as suas cidades são extraordinariamente numerosas (...) as mais conhecidas são as que se erguem nas margens de rios, esteiros, ou do mar, devido à sua vantajosa situação (...)".

Também citada por Strabo e Plínio⁷³ na época, Ossónoba era considerada uma "colina-península" pois três dos seus quatro lados eram tomados pela Ria Formosa⁷⁴ e a Villa de Milreu, distante 7 km, articulava-se com este centro.

Até a segunda metade do século IV d. C. Ossónoba e mesmo seu território mais interior, era uma cidade aberta para os contactos com o mundo romano. Seu ambiente de cidade marítima mais aberta e permeável às influências externas era favorável à expansão do cristianismo que com sua mensagem de

⁷¹ BERNARDES, 2012: p.37

⁷² VIEGAS, 2011: p.14

⁷³ TEICHNER, 2004: pp.93-102

⁷⁴ BERNARDES, 2012: p.37

esperança via seu número de seguidores crescer dia a dia⁷⁵. A Catedral de Ossónoba desde o terceiro século em pleno domínio romano enviava seus bispos aos concílios da Espanha⁷⁶.

Toda essa pujança e desenvolvimento entre os séculos I d. C. e IV d. C. reforçou o status de centralidade para a cidade de Ossónoba e sua envolvente, posição atingida novamente somente no século XX⁷⁷.

6.2. Aspetos económicos

Este território, ocupado desde o século VIII a. C. pelas grandes potências comerciais do Mediterrâneo – fenícios e gregos – sempre teve o caráter de entreposto comercial marítimo.

Com a *Pax Romana* propiciada pelo imperador Augusto em 50 a.C., Ossónoba transformou-se na capital do Algarve, ainda que os piratas vindos dos Marrocos – os Mauri- aterrorizassem a vida dos que ali comercializavam seus produtos⁷⁸. Com Cláudio, imperador nos anos 40 do século I d. C., veio a segurança que as navegações marítimas precisavam e Ossónoba pode enfim desenvolver-se. Esse ciclo foi afetado no século II d.C. por novos ataques Mauri a gerar grandes perturbações sociais e por abalos sísmicos intensos, fatos que interromperam a prosperidade da região⁷⁹.

O verdadeiro florescimento económico veio no século III d. C. com a decadência de Balsa e o impulso proporcionado pela produção e comercialização de ânforas, telhas e tijolos (cerâmicas de construção)⁸⁰. No final do século III d. C. e início do século IV d. C. a cidade “*consolida-se como centro regional indiscutível de toda a região algarvia*”⁸¹ pela sua natureza portuária e pela exploração dos recursos marinhos⁸² e outros. No século III d. C. ocorreu um

⁷⁵ BERNARDES, Faro, 2012: p.35

⁷⁶ VEIGA, 1988: p.84

⁷⁷ *ibidem*

⁷⁸ BERNARDES, 2012: p.36

⁷⁹ *idem*, p.41

⁸⁰ ALARCÃO, 1995: p.54

⁸¹ BERNARDES, 2012: p.37

⁸² TEICHNER, 2011-2012: p.471

aumento no abate de porcos, ovinos e caprinos e toda a produção de carne era direcionada para Ossónoba para ser exportada⁸³. Sabe-se que havia um grande mercado de frutas e legumes, mas a base da prosperidade local era a tríade mediterrânea: vinho, azeite e cereais da qual Milreu é a maior representante⁸⁴. As *Villae* marítimas distribuía frutos do mar em larga escala e produziam garum e corante roxo retirado de caracóis⁸⁵. A influência de Roma na Lusitânia era maior do que nas cidades do norte, o seu desenvolvimento era grande e a sua economia pujante.

6.3. Aspetos culturais: As *Villae*

Os romanos influenciaram a região de Ossónoba e seu território envolvente na política, na cultura e na gestão administrativa 86 . Incorporaram as *Villae* como novidade no povoamento das cidades, desde o início do seu domínio, no século I d. C.

O ideal romano do homem bom (*vir bonus*) passava pelo saber cultivar a terra. Como era na cidade que os cidadãos detinham os meios financeiros para investir eram estes que adquiriam as maiores propriedades e as transformavam num prolongamento da sua vida urbana. Foi desta maneira que a cultura romana revolucionou a estrutura do território⁸⁷, fortalecendo a ligação entre a cidade e o campo, pois os ganhos na cidade incrementavam a *Villa* e os produtos desta abasteciam a cidade.

As *villae* eram grandes propriedades com duas variações na sua tipologia: urbanas ou rústicas⁸⁸. As *villae* urbanas eram verdadeiros complexos residenciais de luxo e totalmente destinadas ao ócio. Compostas por anfiteatro, grandes jardins, termas e biblioteca, localizavam-se no campo ou próximas do mar sempre com uma implantação adaptada ao terreno e possuíam forte influência grega. O maior exemplo é a *Villa Adriana* em Tivoli construída pelo

⁸³ TEICHNER, 2004: pp.99

⁸⁴ *ibidem*

⁸⁵ *ibidem*

⁸⁶ RODRIGUES, 2004: p.34

⁸⁷ BERNARDES, 2012: p.35

⁸⁸ MUÑOZ, 1999: p.08

Imperador Adriano⁸⁹.

As rústicas eram propriedades complexas e não meras casas de campo e de trabalho⁹⁰. O agrônomo Columela escreve⁹¹, entre os anos 60 e 65 d. C., que a *Villa* rústica se articula em:

- A) *Pars urbana*: que corresponde à parte onde reside o proprietário, sua família e seus hóspedes. É a parte mais nobre da casa, reproduzindo o esquema da casa mediterrânea de pátio central com peristilo, que reúne e redistribui a circulação para os diferentes setores de todo o complexo;
- B) *Pars rustica*: que compreende o lugar de residência da mão de obra escrava, trabalhadores, onde os animais e instrumentos para o trabalho agrícola eram guardados;
- C) *Pars frumentaria*: que correspondia à componente responsável pela elaboração, conservação e armazenamento da produção agrícola.

Felix Teichner, arqueólogo da Universidade de Frankfurt, cujo trabalho desenvolvido a partir de 1999 em colaboração com o Prof. Theodor Hauschild, muito contribuiu para o conhecimento da *Villa* de Milreu, pois estudou no âmbito da sua investigação de Doutorado, cinco estações arqueológicas, todas ao sul da Lusitânia: *Villa* Rústica de Milreu, em Estoi; *Villa* Marítima de Cerro da Vila e *Villa* de Marmeleiros, ambas em Quarteira; *Villa* Marítima da Abicada, em Olhão; e o Monte da Nora, localidade rural e não *Villa rustica*. O cerne deste trabalho era a correlação entre o quotidiano dos moradores das *villae* rurais e os das *villae* marítimas.

Ao estudá-las, dissecando-as através de escavações e sondagens e estudando também a economia da época, conseguiu uma análise comparativa, tanto dos modos de produção e ocupação do solo, como das distintas atividades económicas, o que lhe permitiu uma melhor compreensão das diferenças regionais. Fez também uma documentação detalhada de todas as cinco estações.

⁸⁹GOMES, 2015: p.35

⁹⁰MUÑOZ, 1999: p.8-9

⁹¹*ibidem*

O professor Theodor Hauschild foi o impulsionador das escavações arqueológicas em Milreu no século XX, tendo realizado o importante estudo do Templo. Formado em Arquitetura e História da Arquitetura na Universidade Técnica de Berlim e membro do Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, iniciou o seu trabalho em Portugal com o estudo da *Villa* Romana de Milreu pormenorizando o seu edifício de culto, que ainda conserva a sua altura e pode-se identificar seu revestimento decorativo⁹².

Diferente de uma *Villa* rústica marítima, que inicia seu processo de produção quase que imediatamente, uma *Villa* rustica clássica⁹³ exige investimento e tempo necessários na preparação do terreno. Também exige que a exploração seja realizada pelo proprietário da terra, o que explica as origens sociais dos diferentes atores envolvidos em cada caso⁹⁴. A perceção era a de que os proprietários de uma *Villa* rustica clássica precisavam de um aporte financeiro inicial maior e tinham este retorno somente alguns anos depois. Eram, pois, de famílias mais abastadas.

No espaço envolvente à *Villa* rústica estava o sistema de produção agropecuário com as seguintes áreas: o *hortus*, o jardim, a horta e o pomar que se localizavam na *pars urbana*, o *ager*, campos de culturas arvenses, com um sistema de agricultura de sequeiro localizado na *pars rustica* e o *saltus*, pastagem arborizada, com fins pecuários e a *silva*, a área ocupada por floresta⁹⁵. A partir do século III d. C. assiste-se a uma tendência de monumentalização das *Villae*⁹⁶ e este processo atinge nosso objeto de estudo: a *Villa* de Milreu.

⁹²http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/bibliotecas_e_arquivos/biografias/theodorhauschild.pdf

⁹³ BERNARDES, 2005: p.37

⁹⁴ TEICHNER, 2004: pp.93-102

⁹⁵ HAUSCHILD; TEICHNER, 2002: p.15

⁹⁶ BERNARDES, 2005: p.37

Capítulo VII – A Villa de Milreu

A uma cota de 75 m, acima do nível do mar com vista para o mar, situado na aldeia de Estoi ao pé do Monte Figo, Milreu assenta numa saliência de terreno no vale do Rio Seco. A zona é muito fértil e havia água em abundância. (Figuras 7 e 8)

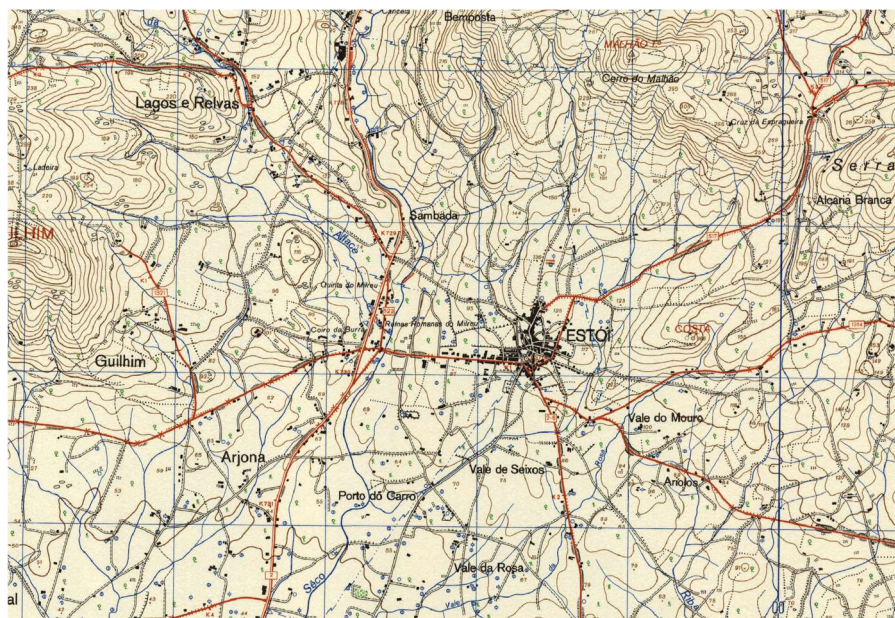


Figura 7: Localização das Ruínas Romanas de Milreu na carta Militar de Portugal, folha nº607⁹⁷

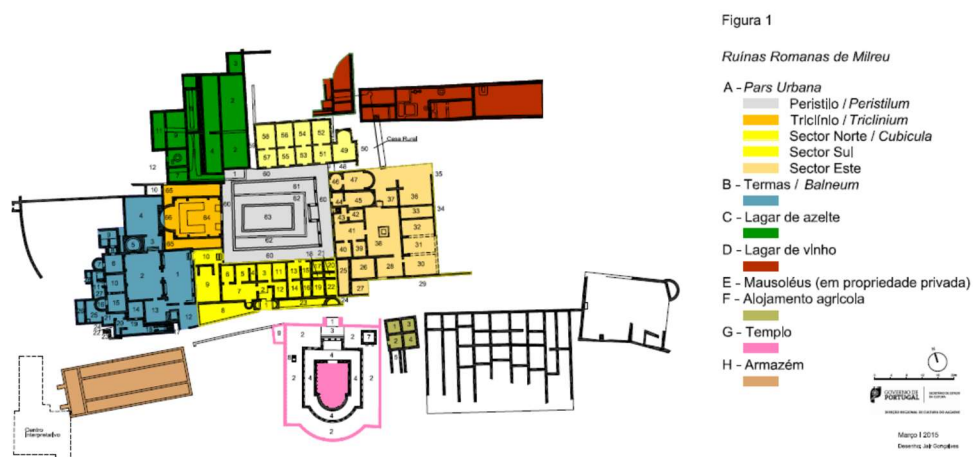


Figura 8: Planta geral das Ruínas Romanas de Milreu ⁹⁸ (fonte: Garcia, 2015)

⁹⁷ Relatório prévio da Obra de Reabilitação da Casa Rural (Julho 2019)

⁹⁸ *idem*

A *Villa* de Milreu passou, a partir do século III d. C., a concentrar tudo o que uma residência na cidade oferecia: luxo, conforto e também um espaço religioso. A relação do território mais interior com o centro urbano alterou-se quando o Império Romano começou a ruir e Ossónoba passou a sofrer perturbações. Ficar no campo, portanto, tornou-se mais seguro.

A implantação da *Villa* de Milreu ocorreu, muito provavelmente, devido à definição de Ossónoba como capital administrativa ⁹⁹. Ossónoba possuía um território interior, muito próximo, de terras altamente férteis e irrigadas e climaticamente favorecidas. Condições muito favoráveis definiram a escolha do terreno, provavelmente por um alto funcionário imperial, que planeou fazer um rentável empreendimento ao investir numa grande propriedade agrícola. Esta propriedade tão vistosa e produtiva funcionou até ao século XIX.

7.1. A “descoberta” da Villa de Milreu: Campanhas de escavação

Em 1877, após um grande período de chuvas no Algarve, muitas ruínas ressurgiram principalmente aquelas próximas dos leitos dos rios. Também vestígios das ruínas de Milreu apareceram nesta altura. O Estado contratou então, Estácio da Veiga, emergente arqueólogo nascido em Tavira, para executar o mapeamento dos vestígios arqueológicos de toda a região. Desde então várias campanhas de escavação têm vindo a revelar a real dimensão da Villa de Milreu.

Os vestígios arqueológicos das Ruínas Romanas de Milreu encontram-se numa área aproximada de 15.800 m², sendo compostos por tanques, muros, pavimentos, sistemas de canalização, assim como por vários revestimentos: rebocos, pinturas e mosaicos. Estes elementos datados entre os séculos II d. C. e IV d. C. representam a fase evolutiva da *Villa* no seu apogeu¹⁰⁰.

A primeira investigação arqueológica foi feita por Sebastião Estácio da Veiga em 1877. Em 1880 publicou uma planta (Figura 9) onde constam todas as estruturas principais conhecidas, mas com muitos espaços em branco. Isso aconteceu porque grande parte do terreno estava ocupado por diversas

⁹⁹ VEIGA, 1988: p.84

¹⁰⁰ Direção Regional de Cultura do Algarve. Conservação das ruínas de Milreu.

estruturas de apoio de uma produção agrícola da época¹⁰¹.

O santuário antigo era usado como galinheiro e sobre as fundações do lagar romano havia uma pocilga. A Casa Rural tinha sido construída sobre um nobre quarto com piso aquecido e também sobre um lagar de vinho¹⁰². Apesar disso, o trabalho de Estácio da Veiga foi muito pormenorizado incluindo muros que já não existem atualmente¹⁰³.

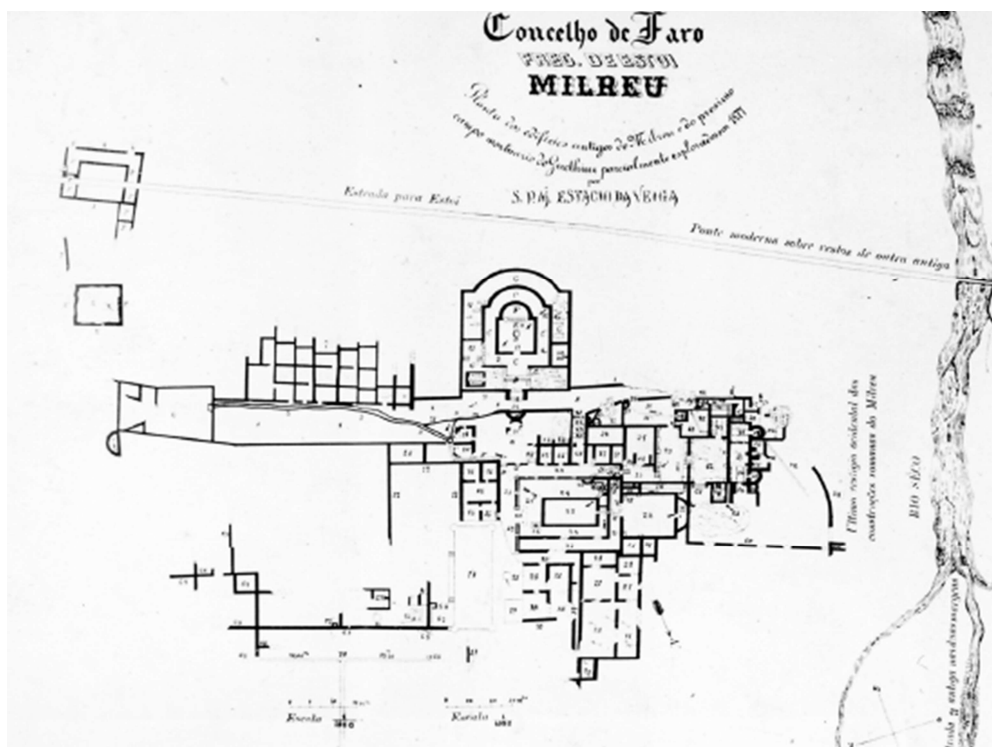


Figura 9: *Villa* de Milreu, planta segundo Estácio da veiga, 1877 (Estácio da veiga, A tábula de Bronze)

Em 1895 foi descoberta uma cabeça esculpida em mármore¹⁰⁴ e em 1897 Pereira Botto fez novas escavações. Contudo, estas não acrescentaram nada ao trabalho de Estácio da Veiga.

Até quase metade do século XX havia dúvidas sobre a localização de Ossónoba. No século XVI o humanista André de Resende, arqueólogo de Évora, foi responsável por considerar Ossónoba na mesma localidade de Milreu,

¹⁰¹ TEICHNER, 2012: p.157

¹⁰² *ibidem*

¹⁰³ HAUSCHILD, 1984-1988: p.125

¹⁰⁴ *idem* p.124

quando interpretou os escritos do geógrafo árabe Al-Rasil Aram. Este equívoco foi também cometido por Estácio da Veiga que imaginou ter descoberto Ossónoba¹⁰⁵ em 1877. Foi Abel Viana, professor e arqueólogo, avesso à falsa erudição e adepto do trabalho de campo¹⁰⁶ quem descobriu a verdadeira localização de Ossónoba ao iniciar uma escavação no Largo da Sé em Faro¹⁰⁷.

Esta informação já aparece na campanha de escavação dirigida por Mario Lyster Franco, em 1941, que corrigiu a falsa informação de Ossónoba em Milreu. Também fez uma análise crítica dos trabalhos de Estácio da Veiga e Pereira Botto¹⁰⁸, prosseguindo a investigação com trabalhos de escavação e consolidação das estruturas, enquanto Pinheiro e Rosa, em meados de 1960, realizou, com apoio técnico do IPPC, obras de limpeza e consolidação¹⁰⁹.

Entre 1971 e 1988 Theodor Hauschild, com o Instituto Arqueológico Alemão, atuou em sucessivas escavações, sondagens e intervenções de restauro, concentrando-se no edifício de culto, enquanto, à mesma época, o arquiteto Pedro Manuel Fialho de Souza, professor associado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, colaborou com a adequação da Casa Rural à unidade museológica.

Entre 1999 e 2003 Felix Teichner, da Universidade de Frankfurt, dando continuidade ao trabalho de seu mestre, Theodor Hauschild, Teichner descreveu pormenores da *Villa* conectando arqueologia, história e arquitetura. Além de desvendar o lagar de azeite, acompanhou as obras de conservação e valorização da casa rural (projeto do Eng^o Jorge Bastos), juntamente com o professor e arqueólogo João Pedro Bernardes, da Universidade do Algarve.

Além das campanhas de escavação foram realizados, em 1987, trabalhos de restauro de painéis de mosaico por Carlos Beloto, do Museu de Conímbriga e em 1999 houve a instalação de tubos de drenagem e a conservação de quatro pavimentos de mosaico por Pedro Braga da empresa “Era Arqueologia”¹¹⁰.

¹⁰⁵ VEIGA, 1988: p.84

¹⁰⁶ CARDOSO, 2014: p.475

¹⁰⁷ TEICHNER, 2008: pp.93-102

¹⁰⁸ HAUSHILD, 1888: p.125

¹⁰⁹ Direção Regional de Cultura do Algarve. Conservação das ruínas de Milreu.

¹¹⁰ *idem*

Em 2001 foi inaugurado o Centro de Acolhimento e Interpretação (projeto dos arquitetos Ditzza Reis e Pedro Serra Alves) após um trabalho preventivo de escavação, coordenado por Marta Diaz-Guardamino Uribe e Pedro Manuel López Aldana em 1999¹¹¹.

Em 2000, 2001 e 2002 Janine Lancha e Maria Adílio Rocha Moutinho Alarcão e Silva, restauradoras e a última, descendente do famoso arqueólogo Jorge Alarcão, coordenaram o estudo do espólio dos mosaicos¹¹².

João Pedro Bernardes, professor de arqueologia da Universidade do Algarve fez, em 2005, uma escavação completa do peristilo tendo identificado que o retângulo do peristilo não era totalmente colunado nem ajardinado. Também identificou mosaicos do século IV d. C.¹¹³ e, através do estudo de suas canalizações, restabeleceu toda a rede, elucidando sobre o funcionamento do sistema hidráulico da residência.

Em 2007, Joaquim Garcia (da empresa Arqueo Hoje) foi responsável por uma campanha, na zona do peristilo, onde foram restaurados os muros sul e leste, consolidados o tanque e o mosaico, colocada gravilha na zona do peristilo, efetuados trabalhos de limpeza e pintura do poço da época moderna e se procedeu à colocação de rampas metálicas de acesso à Casa Rural¹¹⁴. Foi também melhorado o acesso principal com lajes de pedra, com estereotomia aproximada das originais¹¹⁵.

¹¹¹ *idem*

¹¹² DGPC. Portal do Arqueólogo.

¹¹³ *idem*

¹¹⁴ Direção Regional de Cultura do Algarve. Conservação das ruínas de Milreu.

¹¹⁵ João Pedro Bernardes, professor doutor de Arqueologia da Universidade do Algarve, em entrevista de julho/2019.

7.2. Organização espacial e arquitetônica da *Villa de Milreu*

Dando continuidade ao trabalho de seu mestre, Theodor Hauschild, Felix Teichner descreveu Milreu com uma forma diferente de ocupação¹¹⁶. O primeiro edifício a ser construído foi o lagar de azeite, seguindo exatamente a orientação e o projeto do agrônomo e escritor romano Catão em *Re Rustica* de *Villa* perfeita¹¹⁷: com cinco prensas de azeite e três prensas de vinho, juntamente com uma fábrica de engarrafamento. Em seguida, foi construído um edifício de três áreas seguindo a divisão clássica entre a *pars urbana* e a *pars rustica*.

Para o edifício principal optou-se pelo conceito arquitetônico de *Villa* à época, com peristilo e arquitetura contemporânea, que cumpriu as determinações de Vitrúvio no seu livro *De Architectura (Tratado de Arquitetura)*, tais como a escolha de áreas de melhor insolação de acordo com seus usos e do aproveitamento do relevo natural do terreno para a disposição das áreas e para o escoamento natural da água. O dono possuía uma casa ao gosto da época e usufruía de avanços tecnológicos¹¹⁸, mantidos e restaurados, frequentemente, até ao século IV d. C. As despesas associadas à manutenção e enriquecimento da habitação eram possíveis devido aos lucros provenientes da grande produção agrícola¹¹⁹.

A implantação dos edifícios no terreno teve em conta o circuito hidráulico. Os edifícios destinados ao convívio dos donos da propriedade situam-se numa cota mais alta do que terras que, por sua vez, utilizavam a água antes da *pars rustica*, onde se alojavam os servos, escravos e os animais da propriedade. Estes tinham o sol da manhã conforme determinado por Vitrúvio.

Os edifícios não foram todos construídos em simultâneo. A *Villa* foi-se expandindo, obedecendo a um plano previamente estabelecido, que contava com a renda gerada, à medida que aumentava o volume da produção exportada¹²⁰.

¹¹⁶ *idem*

¹¹⁷ *Re Rustica* compõe um manual sobre agricultura escrito por Marco Pórcio Catão, cônsul que fez parte do exército romano

¹¹⁸ TEICHNER, 2011-2012: p.471

¹¹⁹ TEICHNER, 2004: pp.93-102

¹²⁰ *ibidem*

Era uma exploração modelo e a sua dimensão devia ter entre 300 e 400 hectares, com terrenos férteis, sendo 60 ha ocupados por olival e 25 ha por vinha, mais 180 ha para a *pars frumentaria: silva* (floresta), *prata* (prado) e *arbustum* (árvores arbustivas)¹²¹.

A *Villa* de Milreu possuiu o maior lagar de azeite da Lusitânia descoberto até os dias de hoje. Fazia parte de uma rede de produção da região composta por São Cucufate na Vidigueira e Torre de Palma em Monforte (*Villae Viticole*)¹²². Tinha participação direta no setor agrícola de longo alcance, com distribuição em Bética, província romana vizinha. Tinha uma estabilidade económica considerável pois cresceu mesmo num período de crescente enfraquecimento dos órgãos centrais do Estado, no século V d. C.¹²³.

Felix Teichner relata um episódio marcante que permite perceber a importância da *Villa* de Milreu e do seu proprietário. Em 407 d. C. não existiam tropas regulares em resposta à usurpação de Constantino II a favor do imperador Honório. Foram os proprietários aristocráticos da Lusitânia, Didimus e Veridianus, que formaram um exército privado de *servuli et rusticum* que atuaram numa batalha decisiva na Lusitânia do Sul, tendo, a *Villa* de Milreu, servido como alojamento para este exército¹²⁴.

A compreensão das ruínas romanas de Milreu é difícil porque a *Villa* teve mais de 900 anos de ocupação¹²⁵. Métodos de sondagens modernas foram utilizados nos trabalhos do Instituto Arqueológico Alemão, mas apresentaram uma imagem incompleta da história. Apenas as extensas escavações e o restauro dos arredores deram uma ideia das oito fases de assentamento da *Villa* de Milreu, segundo Teichner ¹²⁶:

- A. Época Augusta: No início do século I d. C. havia um assentamento pré-histórico na área da encosta de Milreu onde foram detetadas camadas anteriores de terra, broches em bronze e cerâmicas utilitárias;

¹²¹ *ibidem*

¹²² *ibidem*

¹²³ *ibidem*

¹²⁴ *ibidem*

¹²⁵ TEICHNER, 2011-2012: p.471

¹²⁶ TEICHNER, 2004: pp.93-102

- B. Época Flaviana: início do século II d. C. Nesta fase foi feita a base da construção, recorrendo a uma utilização inteligente do terreno, de forma que foi possível criar uma extensa estrutura do edifício com a separação da *pars urbana* e da *pars rustica*. Com muita clareza aparece a organização proposta por Catão¹²⁷ no moinho de azeite, onde havia também produção de vinho.
- C. Época de Adriano: início do século III d. C. ¹²⁸ Com o volume substancial da produção agrícola foi gerado um excesso de receita, que permitiu evidenciar a prosperidade e ampliar a residência. Foi a fase de crescimento económico onde a *pars urbana* sofreu muitas reformas ao gosto da época: peristilo simétrico com sala para refeições (*triclinium*), pátio e tanque. Houve ampliação para leste e sul da *pars rustica* e a construção do complexo termal e da urna mausoléu com incineradores;
- D. Dinastia dos Severos: meados do século III d. C. Realiza-se nova extensão do peristilo, do *triclinium* e da ala sudoeste;
- E. Final do século III d. C./ início do século IV d. C. Fase áurea da ocupação com extensão da *pars urbana* com novos quartos na área norte, novos banhos, armazenamento em três naves, construção de novo lagar, hoje sob um laranjal e construção de um novo mausoléu, sem cremação, para mortos em sarcófagos. O primeiro lagar foi abandonado;
- F. Época Valentiana-Teodosiana: entre meados do século IV d.C. e meados do século V d. C. A residência rural independente, as salas de receção a norte, a extensão do *triclinium* e a entrada da frente orientada a sul são evidências do aumento da necessidade de representação dos moradores. Foi construído o edifício de culto, de arquitetura espetacular, que coroa os 400 anos de ocupação ininterrupta com elevado padrão de vida. Inicialmente como templo pagão, passou para Igreja cristã após a conversão do seu proprietário e foi complementado por uma piscina, que era o centro religiosos de uma comunidade cristã que enterrava seus

¹²⁷ Re Rustica compõe um manual sobre agricultura escrito por Marco Pórcio Catão, cônsul que fez parte do exército romano

¹²⁸ O autor parece nomear esta fase pelo resultado do período de Adriano pois seu período como imperador data de um século antes.

mortos. Posteriormente houve o abandono definitivo do lugar de azeite. Com a queda do Império Romano aconteceu uma redução gradual das atividades e das áreas ocupadas.

- G. Fase visigótica: entre meados do século V d. C. e início do século VIII d. C., foi um tempo em que o Templo acolheu sepulturas cristãs, acompanhado de uma lenta degradação do edificado, onde a *pars rustica* serviu várias famílias, com hábitos bem mais simples;
- H. No século X d. C., o Templo recebe inscrições muçulmanas e interrompe-se a ocupação humana após um forte terremoto, quando a abóbada de berço do edifício de culto entra em colapso. Encerram-se 900 anos de expansão contínua de Milreu.
- I. Século XVI até meados do século XX: é edificada a Casa Rural de Milreu, propriedade fortificada¹²⁹ com quatro torres de canto anexadas e vários edifícios agrícolas sobre as ruínas. São quase mil anos de ocupação em Milreu até Estácio da Veiga informar o mundo de sua existência.

As figuras 10 a 15 compõem a tese de doutoramento de Felix Teichner e ajudam-nos a perceber a evolução da construção da *Villa* de Milreu ao longo do tempo:

¹²⁹ TEICHNER, 2004: pp.93-102

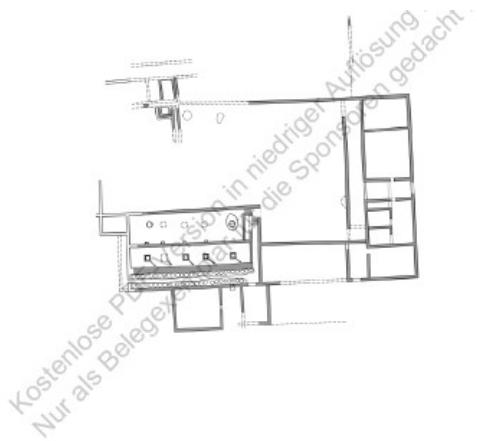


Figura 10 – Época Flaviania (século II d. C.) fase de assentamento B. (fonte: Teichner, 2004)

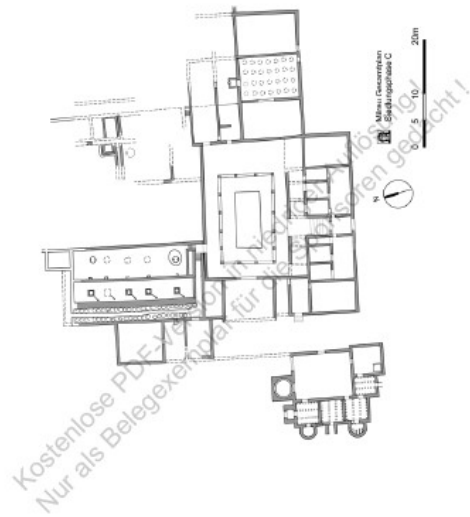


Figura 11 – Época de Adriano (início do século III d. C.) fase de assentamento C. (fonte: Teichner, 2004)

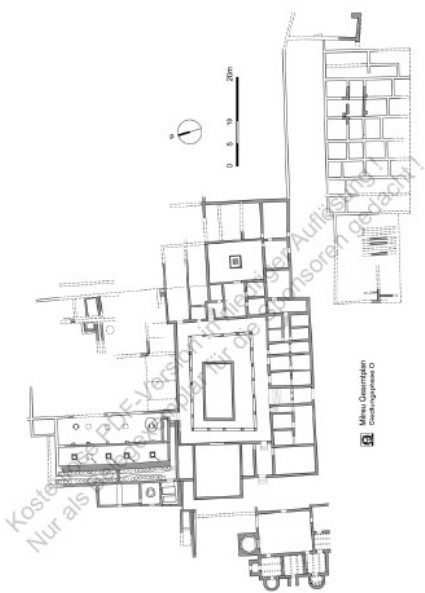


Figura 12 – Dinastia dos Severos (meados do século III d.C.) fase de assentamento D. (fonte: Teichner, 2004)

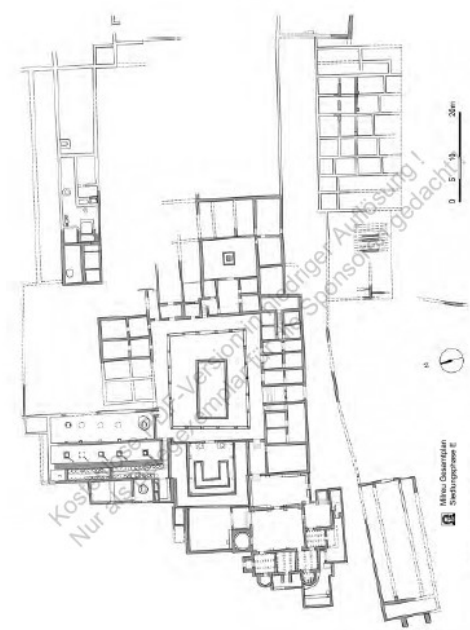


Figura 13 – (final do século III d.C. e início do século IV d.C.) fase de assentamento E. (fonte: Teichner, 2004)

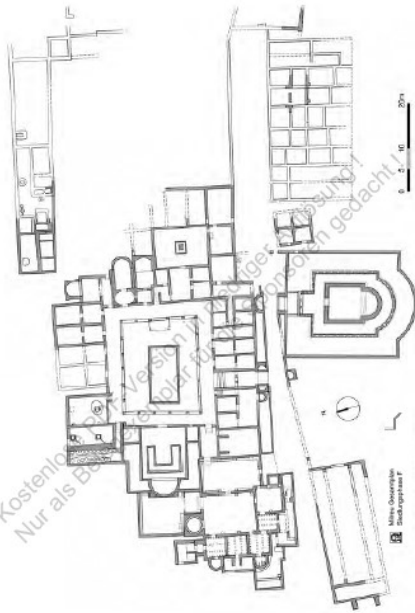


Figura 14 - Época Valentina (final século IV d.C.) fase de assentamento F. (fonte: Teichner, 2004)



Figura 15 - Época Visigótica (meados do século V d.C. até final do século VIII d.C.) fase de assentamento G e H. (fonte: Teichner, 2004)

Estas fases de assentamento resultam, em resumo, na figura 16, a seguir:

Villa Romana de Milreu Cronologia

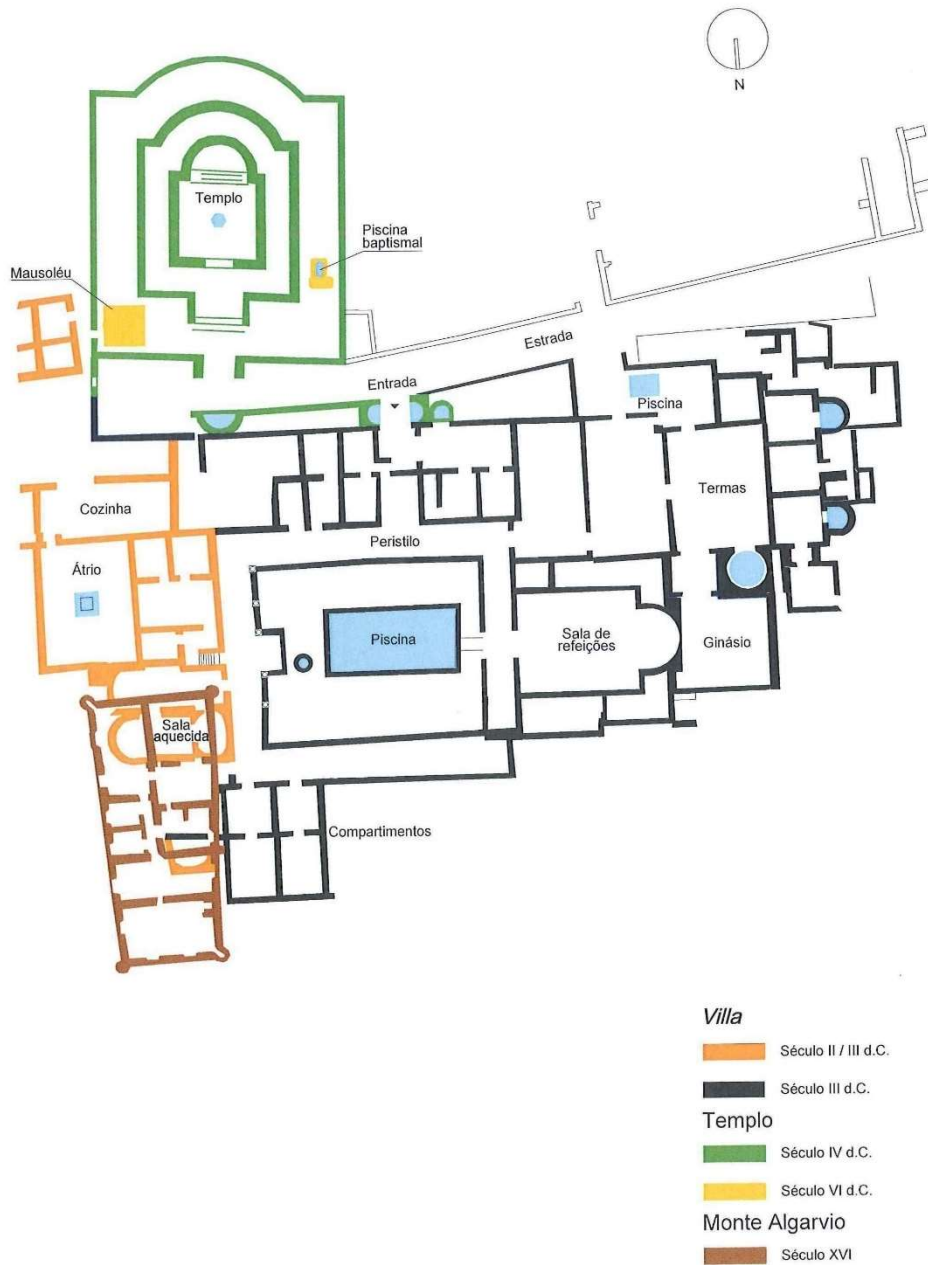


Figura 16 – Cedida pela Direção Regional de Cultura do Algarve, agosto/2019

7.3. Os Jardins de Milreu

A *Villa* de Milreu é citada nas cartas de Plínio, o Jovem¹³⁰ dirigidas a seus amigos Gálio e Apolinário. Este, menciona por seis vezes seus jardins citando como estes se articulam com a arquitetura e como seus espaços internos se ligavam às vistas externas¹³¹. Observa-se grande esforço para a criação e aproveitamento de vistas dentro e fora da *Villa*.

Os jardins sempre desempenharam importante papel na vida pública e privada, porém, antigos historiadores não aprofundam esta temática. Apenas a arte topiária é vista como obra de arquitetura¹³². Mosaicos e pinturas murais em *Villae* e *Domus* testemunham estas técnicas na reinvenção da paisagem¹³³.

Os primeiros estudos e as primeiras escavações para reconstruir os jardins romanos datam de 1950 e ocorreram em Pompeia, Herculano e *Villae* vizinhas. Utilizaram-se técnicas de análise de solos, elementos carbonizados e análise do pólen espalhado pela zona para a ampliação do conhecimento sobre os jardins romanos. Na sequência outros jardins romanos foram estudados nas províncias gaulesas¹³⁴. Mas, na península ibérica, os estudos estão em fase inicial, com Milreu (Estoi) e Abicada (Meixilhoeira Grande), que são as melhores pesquisas de assentamentos romanos do sul Lusitânia¹³⁵.

São poucas as escavações para este fim e praticamente não existem registos arqueológicos. Porém, a análise de seus elementos arquitetónicos (terraços, caminhos, colunatas e espaços abertos) permite detetá-los e situá-los¹³⁶. Em Milreu, João Pedro Bernardes define exatamente onde ficavam os jardins, pelas paredes de suporte ou furos nas rochas, que davam espaço para arbustos e pela rede de abastecimento de água e de drenagem¹³⁷.

Constata-se, em Milreu, o conhecimento das anotações e citações de

¹³⁰ BRUHLMANN; TEICHNER, 2020: p.155

¹³¹ *ibidem*

¹³² *idem*, p.156

¹³³ *ibidem*

¹³⁴ *idem*, p.160

¹³⁵ *idem*, p.161

¹³⁶ *ibidem*

¹³⁷ BERNARDES, 2006: p.26

O Jardim de Peristilo

Inovação arquitetónica da época, o primeiro jardim de peristilo da *Villa* de Milreu foi construído no século II. Possuía um desenho alinhado com o seu eixo horizontal, com dimensões de 10 metros por 16 metros e tinha uma piscina central com um jardim de 2 a 3 metros. No século III ganhou um novo pórtico no lado sul e outro no lado leste com uma área livre de 295 m² (dimensões de 21 metros por 14 metros). A piscina central foi ampliada para 12 metros por 6 metros, assim como toda a ala leste que ganhou mais quartos e uma fonte de mármore. O *triclinium* foi aumentado para oeste, sobre um novo aterro. Um novo pátio de 17 metros por 21 metros foi construído na fase de ocupação E.

A residência foi continuamente ampliada e, concomitante à evolução das áreas ajardinadas, fontes de água eram muito utilizadas. Sob o solo, a água era abundante a ponto de “ser ouvida”¹⁴⁰ e este era um detalhe especial da *Villa* de Milreu. Nesta fase de ocupação o *triclinium* recebeu dois bebedouros, para cada lado da porta de entrada¹⁴¹. A piscina nova, de 85 m², apoiada na parede poente também data desta fase.

O auge da expansão ocorreu na fase de ocupação "F" (Figura 17), no período pós Imperador Constantino, com novas salas na ala leste do peristilo e com a construção de uma abside no *triclinium*. O peristilo foi embelezado com colunas de mármore alentejano e com um novo mosaico. O chão foi coberto por mosaico e as paredes entre as colunas foram revestidas por placas de mármore¹⁴².

Do átrio para o peristilo existe um eixo visual que liga o *triclinium* à piscina, que provavelmente, era envolvida por um jardim. Sabe-se que a zona ajardinada de Milreu era apoiada sobre pedra calcária e que a piscina possuía 1,50 metros de profundidade¹⁴³. Havia estruturas de recolha de água da chuva para regar plantas em vasos já que, a interpretação dos níveis e suporte de paredes sugerem áreas ajardinadas nos lados norte e sul com profundidades

¹⁴⁰ João Pedro Bernardes, professor doutor de Arqueologia da Universidade do Algarve, em entrevista de julho/2019.

¹⁴¹ BRUHLMANN; TEICHNER, 2020: p.155

¹⁴² *idem*, p.160

¹⁴³ *ibidem*

semelhantes à piscina e espaços com menos profundidade em frente às colunatas para a colocação de vasos.

Na fase de ocupação "F" (Figura 17) foi instalada uma bacia ou chafariz do lado sudoeste na piscina central, mas não de maneira simétrica ao jardim, talvez para compor o cenário da entrada do peristilo. Este deslocamento também acentua o acesso ao *triclinium*, o que confirma a preocupação com os eixos visuais na construção do espaço. Conclui-se pelas evidências arqueológicas que o pátio do peristilo era parcialmente ajardinado e adornado com vasos e provavelmente com estátuas ¹⁴⁴ (Figura18, 19, 20).

¹⁴⁴ *idem*, p.171

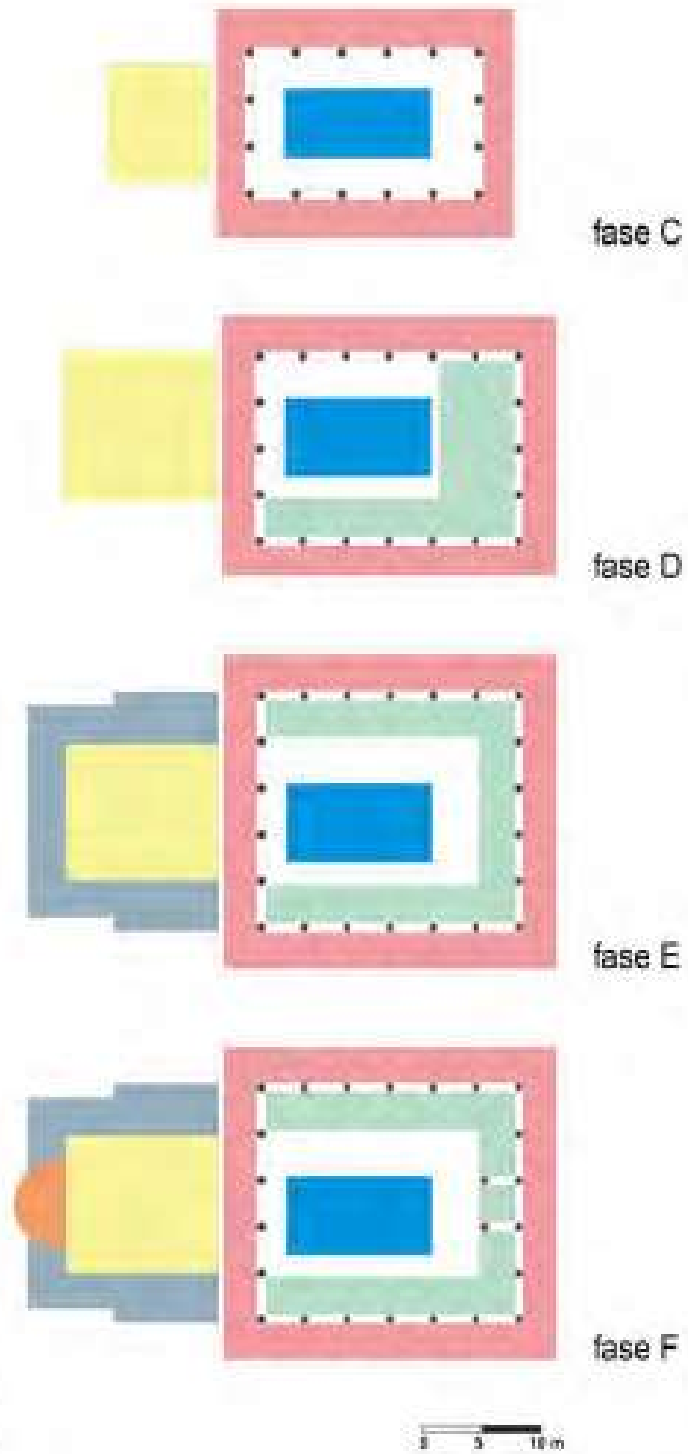


Figura 18 – Evolução da zona do peristilo da *Villa* de Milreu e do *triclinium* durante a época do baixo e alto império. (Fonte: Brulhmann, Teicher, 2020)



Figura 19 - Zona Central da pars urbana da *Villa* de Milreu com peristilo, piscina A63, horta A62 e pórtico A60 . (Fonte: Brulhmann, Teicher, 2020)

Figura 20 – Zona sul da *pars urbana* da *Villa* de Milreu com entrada A1, onde A8, A23 e A24 são os jardins laterais. Aparece a rua de acesso, Edifício de Culto G . (Fonte: Brulhmann, Teicher, 2020)



O Jardim das Fontes Termiais

Plínio, o Jovem, em suas conversas por carta para seus amigos Gálio e Apolinário, descreve vistas excepcionais para o mar e para a piscina aquecida de Milreu. Clopper Almon¹⁴⁵ supõe a presença de um jardim no prolongamento das fontes termiais pois era usual em outras estâncias termiais do Império Romano, a mesma composição arquitetónica. De acordo com planos antigos e outros modelos de palácios e termas é muito provável que em Milreu houvesse um terraço ajardinado em frente à *natatio*¹⁴⁶.

Monumentos Funerários

Estes monumentos foram construídos nos séculos II e III d.C., à entrada da *Villa*, do lado este, distantes 80 metros da zona urbana de Milreu, onde hoje existe um laranjal. As ruínas estão soterradas, protegidas pela terra, enquanto o governo de Portugal tenta comprar o terreno de um proprietário particular (Figura 9).

Estas construções evidenciavam a tradição da época de apresentar os antepassados, como um memorial, onde se mostrava aos visitantes toda a linhagem da família¹⁴⁷. Possuíam provavelmente áreas ajardinadas à sua volta¹⁴⁸.

O Jardim da Fachada Sul

Esta fachada era a entrada principal dos visitantes. Possuía arranjos de vegetação e elementos de água. Havia 3 fontes semicirculares e jardins retangulares. Um de 2,60 por 14 metros (A8 com uma parte de piso de tijolos) e outro, de 2,50 por 11 metros, A23, com 0,5 metros de profundidade. (Figura 20)No prolongamento deste último havia uma faixa de jardim, A24, com uma parede baixa e um mosaico atualmente preservado. As espécies vegetais

¹⁴⁵ *ibidem*

¹⁴⁶ *idem*, p.173

¹⁴⁷ João Pedro Bernardes, professor doutor de Arqueologia da Universidade do Algarve, em entrevista de julho/2019

¹⁴⁸ BRUHLMANN; TEICHNER, 2020: p.173

provavelmente eram vinhas ou hera¹⁴⁹. Não existem informações arqueológicas, mas é muito provável que houvesse um jardim de 33 metros, do outro lado da via¹⁵⁰. (Figura 20)

Os Arredores do Templo de Culto

O Templo foi construído com recurso ao nivelamento de uma plataforma, já que o terreno é inclinado para sul. A água, mais uma vez, aparece como elemento compositivo principal no projeto paisagístico: um chafariz foi construído no centro do Templo. Motivos marítimos nas paredes externas à entrada, sugerem que existiria um jardim à sua volta, que completaria o seu adorno.

Em síntese refere-se que, no período Flaviano (fase de assentamento B) houve a implantação de vastos olivais e vinhas para abastecimento dos lagares de azeite e vinho. A partir do século II d.C. os proprietários mudaram o caráter da construção criando terraços artificiais, um peristilo na *pars urbana*, um grande balneário e áreas sagradas com templos para mausoléus e para o culto. Em conjunto com a monumentalização da arquitetura houve a introdução das áreas ajardinadas no pátio interior do peristilo e junto à fachada sul¹⁵¹.

A água, abundante em Milreu e elemento fundamental à vida e à agricultura, aparece em todas as zonas da *Villa*. Não é uma *Villa* marítima, mas a proximidade do mar, com vistas conectadas a este, a importância do porto de Ossónoba e o terreno fértil é revelado permanentemente, no peristilo, nas termas e nas entradas marcadas por fontes e chafariz¹⁵².

¹⁴⁹ *idem*, p. 175 “*Imnia convestit hedera*” como descreve Cícero

¹⁵⁰ *ibidem*

¹⁵¹ *idem*, p.178

¹⁵² *ibidem*

Capítulo VIII – O contributo da Arquitetura Paisagista para projetos de intervenção e valorização de Sítios Históricos

8.1. A Arquitetura Paisagista e sua relação com Sítios Históricos

De acordo com a Internacional Federation of Landscape Architects (IFLA) é função do Arquiteto Paisagista conduzir a investigação e consultoria de ordenamento, projeto e gestão da paisagem, dentro e fora zona urbana, de modo a assegurar a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento¹⁵³.

Os sítios históricos são lugares únicos, com recursos culturais não renováveis e preciosos pelo seu papel na educação, lazer e turismo. Existe atualmente uma procura crescente por este tipo de espaços para o lazer. Atividades na natureza e visitas ao património são opções atraentes para uma parcela grande da população¹⁵⁴.

Em Portugal, a partir dos anos 80 do século XX iniciou-se este trabalho após iniciativa do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR). Antes eram feitas escavações pelas diferentes faculdades de arqueologia de Portugal, mas os sítios arqueológicos não eram abertos aos visitantes¹⁵⁵.

Nos sítios arqueológicos abertos ao público nos últimos tempos o conceito de máquina do tempo não pode ser descontextualizado da conservação da paisagem¹⁵⁶. Por máquina do tempo entendem-se estruturas que

*“nos permitem olhar o passado, e passar dele para o presente, sem o desproporcionado esforço de coisas secretas e obtusas. Abrindo uma pequena porta ou lançando ténue pista, por pequena que seja, mas que por isso mesmo seja suficiente para o encaminhamento do sujeito para o conhecimento.”*¹⁵⁷

As apresentações dos vestígios arqueológicos devem obedecer a uma organização e ordem espacial baseadas nos princípios da Arquitetura

¹⁵³ INTERNACIONAL FEDERATION OF LANDSCAPE ARCHITECTS. Convenção 2003.

¹⁵⁴ MOSLER, 2006: p.102

¹⁵⁵ GOMES, 2015: p.19

¹⁵⁶ *idem* apud APLIN, 2002: pp. 44

¹⁵⁷ AZEVEDO, 2009: p.381

Paisagista¹⁵⁸:

- “Proteção dos valores culturais;
- Projeto e planeamento da paisagem natural;
- Compreensão e interpretação da paisagem cultural
- O projeto de Arquitetura Paisagista para sítios históricos serve como ponte para o novo edificado, promove a conexão entre a arquitetura contemporânea que recebe e apoia o visitante e o leva ao conhecimento.”¹⁵⁹ Trabalha como facilitador da interpretação dos vestígios arqueológicos trazendo a reintegração do monumento na paisagem, e contando, a partir daí, sua história. É elemento de aproximação e funciona com um elo entre os visitantes e o sítio.

Os vestígios históricos servem como pistas fundamentais na determinação da imagem de um sítio pois moldam o cenário físico, fortalecendo o desenrolar histórico e cultural daquele território. É um ambiente com um alto nível de complexidade onde os profissionais envolvidos devem possuir sentido de flexibilidade, coordenação e cooperação¹⁶⁰.

Para início do processo de projeto é preciso perceber no sítio arqueológico quais são as necessidades do espaço, problemas e potencialidades e definir os elementos chave¹⁶¹. Nesta sequência é necessário cruzar informações arqueológicas, documentais e cartográficas com a evolução do território ao longo da sua história e abordar aspetos económicos e culturais a partir de uma perspetiva mais vasta, até chegar ao objeto em si¹⁶².

A paisagem e o meio envolvente devem ser estudados e priorizados de modo a se evitem discontinuidades visuais e espaciais como frequentemente acontece na relação com as estruturas modernas de apoio¹⁶³. As interferências feitas pelos trilhas para caminhada, espaços para sentar, estacionamento e com o próprio turista, devem evitar que os visitantes pisoteiem as ruínas¹⁶⁴. As características e o carácter do monumento devem ser sempre respeitados

¹⁵⁸ MOSLER, 2006: p.102

¹⁵⁹ *idem*

¹⁶⁰ AZEVEDO, 2018: p.381

¹⁶¹ DEMMING; SWAFFIELD, 2011: p.59

¹⁶² *idem* p.21

¹⁶³ GOMES, 2015: p.21

¹⁶⁴ MOSLER, 2006: p.102

evitando a recriação do espaço em versões mais ricas do que eram¹⁶⁵.

Para garantir que o visitante vivencie a história contada destaca-se alguns objetivos no projeto de arquitetura paisagista¹⁶⁶:

1. “Versatilidade no desenho a fim de proporcionar novas escavações arqueológicas;
2. Preservação da paisagem com sustentabilidade;
3. Apoiar o turismo para o desenvolvimento económico da região;
4. Garantir a proteção do património;
5. Valorizar a identidade cultural e histórica;
6. Conservar valores estéticos e históricos assim como a autenticidade do sítio histórico;
7. Permitir a acessibilidade de visitantes;
8. Permitir a apresentação dos artefactos no seu contexto.”¹⁶⁷

Desta maneira percebe-se que a profissão de arquiteto paisagista também possui uma abordagem holística sobre o projeto, tratando não só do terreno do sítio histórico, mas também da melhoria e valorização precisamente da sua paisagem arqueológica¹⁶⁸ que é a união dos recursos naturais com os arqueológicos. A conservação dos habitats naturais deve ser integrada na conservação do ambiente histórico. Aconselha-se, sempre que possível, a que sejam efetuadas replantações respeitando a unidade visual e do património, o que não terá uma autenticidade histórica, mas que ajuda a melhorar e conservar o carácter da paisagem¹⁶⁹. Por exemplo: se os vestígios históricos são da época romana utilizar-se-ão espécies sabidamente cultivadas à época mesmo que não se comprove cientificamente que elas estiveram de fato na zona.

Hoje, existem métodos científicos de paleobotânica e arqueologia ambiental para a reconstrução do paleo ambiente. Nas escavações, a cobertura vegetal natural sempre é retirada e não é fácil descobrir ou reconstruir a aparência exata, mas a partir do exame dos elementos da paisagem circundante, mesmo através dos escritos da época, podem-se fazer padrões similares concedendo escala e uma configuração com maior conforto para o visitante melhor interpretar os vestígios históricos. Pode-se optar por áreas abertas,

¹⁶⁵ *idem*: p.22

¹⁶⁶ MAKHZOUMI, 2000: pp.167-177.

¹⁶⁷ *ibidem*

¹⁶⁸ MOSLER, 2006: p.102

¹⁶⁹ *ibidem*

contíguas aos vestígios o que parece ser a melhor opção para não interferir no sítio histórico e manter o *Genius loci* do local¹⁷⁰. Deste modo, certifica-se que o arquiteto paisagista pode ser um catalisador dentro de uma equipa multidisciplinar colaborativa para equilibrar arquitetura e natureza¹⁷¹.

8.2. Modelos de Apresentação de Projetos de Arquitetura Paisagista em Sítios Arqueológicos

*“A apresentação do património arqueológico ao grande público é um meio essencial de acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. (...) A apresentação ao grande público deve constituir um meio de divulgação do estado dos conhecimentos científicos e deve, conseqüentemente, ser submetida a frequentes revisões. Deve ter em linha de conta os múltiplos pontos de vista que permitam a compreensão do passado.”*¹⁷²

Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, 1990.

Para se determinar qual modelo de projeto paisagístico a ser adotado para um sítio arqueológico, entrelaçam-se os objetivos de conservação, planeamento e gestão. Não existe uma classificação exata na definição destes modelos mas é preciso considerar semelhanças entre os sítios históricos que vão possuir, concomitantemente, aspetos muito diferentes¹⁷³.

Resumidamente, o quadro 1 apresenta os fatores, de acordo com um modelo flexível e dinâmico aplicado na Turquia, com os quais o arquiteto paisagista trabalha¹⁷⁴:

¹⁷⁰ *idem*: p.104

¹⁷¹ *ibidem*

¹⁷² Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, 1990.

¹⁷³ MOSLER, 2006: p.104

¹⁷⁴ *ibidem*

Valores	Usos	Apresentação
Topografia	Pesquisa	Interpretativa
Recursos de paisagem	Turismo	Purista
Componente histórico	Educação	Imaginária
Estado das ruínas	Conservação	Estação arqueológica
Vegetação/ Ecologia		Tipo Parque
História/ Arqueologia		

Quadro 1 – Fatores de modelo flexível e dinâmico de projeto.(Fonte: Mosler 2006)

Através de uma análise empírica destes fatores a autora apresenta diferentes abordagens de projeto¹⁷⁵:

Modelo Interpretativo:

Serve para locais onde os vestígios arqueológicos visíveis são insuficientes para o entendimento do público, devendo estes serem apoiados com questões complementares como a paisagem e a apresentação dos artefactos no seu contexto. A paisagem, como pano de fundo, melhora a leitura do sítio, assim como um percurso explicativo e pavimentado ao redor dos vestígios arqueológicos

No turismo de património o caminho é sempre usado para contar a história onde se transmitem a qualidade e os valores. Também serve para evidenciar as estruturas estabelecendo uma ligação¹⁷⁶ entre eles. Para bem interpretar o sítio o visitante precisa estar bem informado, o que deve ser feito logo à entrada, num centro interpretativo. Existem aspetos a serem observados, tais como¹⁷⁷:

“Edição didática em termos de representação: cartazes, mapas, desenhos e maquetes;

Circulação eficiente em percursos que levem a pontos de vista impressionantes com
continuidade visual e acessibilidade;

Ênfase nos recursos naturais e características históricas, arqueológicas e de relevância
arquitetónica;

Presença de instalações turísticas e serviços;

Plantações viáveis com vegetação autóctone”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ *ibidem*

¹⁷⁶ Palavras do arquiteto paisagista Doutor Mário Fortes em entrevista de agosto de 2019.

¹⁷⁷ MOSLER, 2006: p.104

¹⁷⁸ *ibidem*

Um exemplo deste modelo são as ruínas da cidade de Troia, na Turquia, património mundial da UNESCO, onde a sinalética apresenta desenhos em perspetiva de como eram os espaços e existe um cavalo de madeira à entrada, que faz alusão à conhecida história.

Modelo Purista:

Este modelo é usado quando o sítio arqueológico já foi escavado e está numa paisagem de alta qualidade plástica, rica em belezas naturais e autêntica. Não são permitidas muitas intervenções a fim de que as estruturas históricas preservem sua relação com a história e a natureza. Desta maneira, a capacidade de recreio deste modelo é menor e a conservação é a prioridade. Contudo, são possíveis replantações, caminhos organizados e edifícios de apoio e informação aos visitantes. Um exemplo deste modelo são as Ruínas de Alinda em Karpuzlu na Turquia¹⁷⁹.

Modelo Imaginário:

Este modelo é usado para preservar sítios históricos em condições precárias. O objetivo é a estabilização das ruínas para que sirvam como um local de educação pública e profissional. Possui um baixo nível de manutenção e podem haver áreas integradas para um horto botânico com plantas medicinais ou plantas dos tempos antigos que atraiam a atenção, através das qualidades naturais, botânicas e ecológicas. Pode-se procurar a harmonia do desenho com a paisagem envolvente a fim de transmitir autenticidade.

Modelo de Rede Arqueológica:

Pretende-se estabelecer com este modelo conexões entre o tangível e o intangível na escala regional, fornecendo desenvolvimento para as áreas rurais e urbanas inter-relacionadas e melhorando a paisagem. Os espaços abertos entre os sítios arqueológicos, tais como, como campos, plantações, bosques e edifícios, reforçam os padrões de paisagem e o desenvolvimento destes locais

¹⁷⁹ *idem*: p.106

é componente vital de qualquer estratégia de ocupação saudável do território. Fora da área preservada os recursos são mais flexíveis e o atendimento ao público ocorre sem restrições.

É a chamada Rota do Património que é composta por elementos cujo significado vem de trocas e diálogos que ilustram o movimento através do percurso, no espaço e no tempo, entre países ou regiões. Abrange muitas características da paisagem e materiais ainda evidentes em estado natural ou escavados. Podem ser percursos a pé, de bicicleta ou em veículos motores, com estruturas reconstruídas com padrões de plantações que permitem que a rota se torne atraente e com pontos de paragem na visita.

Um exemplo deste modelo é a Trilha Nacional Wall Street que abrange a Muralha de Adriano no Reino Unido. Uma vez considerado como recurso arqueológico a Rota do Património, traçou-se uma linha que atravessa o país e que em poucas décadas se tornou uma paisagem cultural complexa, de várias camadas, ricas em património e valores. Com isto a Muralha de Adriano tornou-se uma paisagem cultural e não apenas um monumento discreto e isolado. O património é perfeitamente integrado num plano de gestão para toda o percurso¹⁸⁰.

Modelo de Parque Urbano:

Neste modelo os vestígios arqueológicos estão dentro da cidade, o que enriquece o visual e a qualidade cultural dos espaços abertos urbanos, mas podem levar à deterioração dos mesmos pelo uso excessivo. Quando as estruturas históricas sobrevivem ao desenvolvimento da cidade o ideal é que sejam inseridos em uma nova abordagem sem abandonar seu uso de lazer e descanso.

Este tecido histórico é frágil e precisa ser preservado então o lugar público é separado desta estrutura com a cobrança de entrada e é exibido dentro de uma Parque Público Urbano. Um exemplo deste modelo é o Red Hall, restos do templo helenístico/romano, no tecido urbano de Bérghamo na Turquia¹⁸¹.

¹⁸⁰ *idem*: p.108

¹⁸¹ *idem*: p.110

Após a análise dos modelos nota-se que no planeamento em Arquitetura Paisagista, as atividades arqueológicas ainda não estão integradas e são analisadas apenas no âmbito dos aspetos visuais da paisagem. Também a plantação de novas espécies é sempre realizado com precaução pois as suas raízes podem danificar o património e acabam por ficar em plano secundário, apesar de elevarem a qualidade estética do conjunto. Torna-se necessário que uma equipa científica, que desenvolva uma abordagem holística, faça um acompanhamento constante a fim de que as intervenções permaneçam funcionais e que a manutenção dos elementos patrimoniais seja garantida¹⁸².

Percebe-se que, na abordagem da equipe científica para o planeamento de Milreu, os profissionais envolvidos conhecem as melhores opções de cada modelo (como a sinalética de Tróia no modelo interpretativo), vislumbrando o orçamento disponível e, sem se prenderem a um único modelo teórico, farão as modificações para o percurso de Milreu.

Não obstante, o modelo de Rede arqueológica é totalmente favorável à realidade da aldeia de Estói, território de Paisagem Cultural onde as Ruínas Romanas de Milreu estão inseridas.

¹⁸² *idem*: p.112

Capítulo IX – Proposta de Intervenção e Valorização nas Ruínas Romanas de Milreu: O contributo da Arquitetura Paisagista em Sítios Arqueológicos

Como já referido, a elaboração do anteprojecto de arquitetura paisagista para a criação de um percurso de visita acessível para as Ruínas da *Villa Romana de Milreu* foi uma solicitação da Direção Regional de Cultura do Algarve ao curso de Arquitetura Paisagista da Faculdade de Ciências da Universidade do Algarve.

Em 2015 foi apresentado o *Relatório de Conservação e Restauro das Ruínas Romanas de Milreu. Fase I: Manutenção e Conservação dos Mosaicos* (Inf. 150287/DRCAlg, da autoria da Dra. Cristina Tété Garcia). Este documento integra o primeiro levantamento da DRC Algarve dos mosaicos de Milreu, incluindo a proposta de colaboração institucional com o Museu Monográfico de Conímbriga (MMC) para preparação do caderno de encargos, participação na comissão de concurso e acompanhamento da execução dos trabalhos de conservação dos mosaicos. Assim, o Museu Monográfico de Conímbriga elaborou o “*Projeto de Execução de Manutenção e Conservação dos Mosaicos Romanos da Villa de Milreu*” durante o ano de 2016.

Naquele mesmo ano foi preparado o *Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu*, centrado em 5 ações, cujo investimento se propõe realizar em 4 anos: Ação 1 – Conservação e Manutenção dos Mosaicos Romanos; Ação 2 – Empreitada de Reabilitação da Casa Rural; Ação 3 – Restauro e requalificação do Templo de Milreu; Ação 4 – Requalificação do espaço exterior do Monumento de Milreu; Ação 5 – Ações de divulgação e promoção.

O projeto foi submetido ao Eixo Prioritário 4 – Reforçar a Competitividade do Território, Prioridade de Investimento 6.3 – Conservação, proteção, promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural do Programa Operacional CRESC Algarve 2020 e na secção 17 – Património Natural e Cultural, do Regulamento Específico no domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (Portaria nº 57-B/2015 de 27 de fevereiro), tendo sido aprovado. Acresce que a *Villa Romana de Milreu* se enquadra no Nível 1 de Prioridade de investimento Regional.

Em 2018 foi executada a empreitada de "Manutenção e Conservação dos

Mosaicos Romanos da *Villa* de Milreu. Fase A", estando em preparação a empreitada de restauro do restante conjunto dos mosaicos romanos. Em 2019 finalizou-se o levantamento topográfico do conjunto arqueológico, através de protocolo celebrado com o Instituto Superior de Engenharia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, tendo possível dar início ao presente estudo.

9.1. Diagnóstico dos problemas do percurso de visita atual

As Ruínas Romanas de Milreu não dispõem de um percurso de visita. A dispersão de placas por toda a área arqueológica sem um percurso devidamente definido, convida à livre circulação dos visitantes, constituindo, deste modo, uma situação de risco para a salvaguarda deste sítio arqueológico. De facto, verifica-se amiúde que os visitantes, em particular as crianças, atravessam ou saltam muros, pisam pavimentos e “exploram” áreas de acesso mais difícil. Acresce que a inexistência de um percurso de visita limita a circulação de pessoas em situação de mobilidade reduzida ou condicionada. Deste modo, São vários os problemas identificados, nomeadamente: falta de clareza na marcação do percurso; falta de uniformidade dos materiais utilizados; sinalética escassa e de leitura difícil; impossibilidade de acesso a visitantes com mobilidade reduzida; e espaço envolvente às ruínas pouco valorizado e com presença de intrusões visuais e sonoras.

O percurso de visita atual inicia-se no Centro de Interpretação (construído em 2001), o qual se liga ao espaço exterior, onde se localizam as ruínas, por meio de um sistema de escadas e rampa acessível, revestida a pedra antiderrapante, com corrimão metálico.

A partir do ponto inicial, desenvolve-se ao longo de uma calçada, com a direção Este-Oeste, que se prolonga até ao Templo. Esta calçada, cuja repavimentação data de 1999, possui ainda algumas lajes da original calçada romana, que se distinguem das mais recentes pela configuração e irregularidade da superfície (Figura 21). A partir desta calçada existem várias possibilidades de entrada para diferentes áreas da *Villa*, nomeadamente para o peristilo, termas e casa senhorial. Não havendo um único percurso, direcionado e bem delimitado, o visitante deambula livremente, sendo frequente o pisoteio de áreas sensíveis,

tais como, pavimentos em mosaico e outras estruturas construídas (Figura 22). O sistema de delimitação existente atualmente, com recurso a postes amovíveis ligados por cordas, não se revela eficaz na proteção das ruínas (Figura 22).

O atual percurso de visita evidencia falta de uniformidade ao nível dos pavimentos, ocorrendo diversos materiais, como: gravilha, brita (Figura 27) e elementos metálicos (rampas, escadas e passareiras). Parte do percurso que se desenvolve a partir da casa rural, a norte e poente, é feito sobre terreno natural, compactado pelo pisoteio regular. Na envolvente das ruínas, a sul e a poente, existem vestígios de um percurso em grelhas de plástico, já muito deteriorado. A maior parte das áreas revestidas com materiais inertes encontra-se muito degradada.

A sinalética existente é de reduzida dimensão e de difícil interpretação para os visitantes, leigos na leitura de plantas arquitetónicas (Figura 23).

No que respeita à acessibilidade verifica-se que o percurso não é acessível, quer pelas inclinações que apresenta, excedendo frequentemente os 6%, quer pelos materiais de pavimentação utilizados (materiais friáveis), quer ainda pela presença de degraus e escadas.

O terreno possui, no sentido Este-Oeste, faixas de inclinações de 2 a 6% entremeadas com inclinações maiores de 6% em toda a sua totalidade¹⁸³. As vistas panorâmicas da aldeia de Estoi à este, à norte, do mar ao sul e do Monte Figo à oeste não são contempladas.

Relativamente à envolvente das ruínas verifica-se que não há possibilidade de contemplação do sítio arqueológico de modo mais demorado, pois não existem áreas de descanso sombreadas (Figura 24). Constata-se também que a vista da Via do Infante e o ruído dos automóveis constituem intrusões que prejudicam a experiência da visita ao Monumento Nacional (Figura 28).

A vegetação atual apresenta poucas unidades de *Pistacia lentiscus*, *Arbutus unedo*, *Punica granatum* e *Rosmarinus officinalis*, junto à Casa Rural que apresentam boa saúde e estão muito desenvolvidos. Os canteiros romanos também possuem estas mesmas espécies mais o *Laurus nobilis*. Aparece também *Smilax aspera* junto à vedação a oeste (zona mais fresca) junto à mata

¹⁸³ Peça desenhada 02: Planta de Declives

ripícola no vale do Rio Seco. Nas trepadeiras há a vinha e nas árvores a alfarrobeira também está presente. Os *Cupressus sempervirens var. italica* também marcam a paisagem no início do acesso. Todas estas espécies foram utilizadas no novo plano de plantação¹⁸⁴.



Figura 21 – : Vista do pavimento em laje de pedra. As lajes originais são mais irregulares e salientes. (Agosto 2019)



Figura 22 – : As cordas que delimitam as ruínas não são respeitadas permitindo o pisoteio dos vestígios arqueológicos, nomeadamente os mosaicos. (Agosto 2019)

¹⁸⁴ Peça desenhada 09: Plano de Plantação



Figura 23 – A sinalética pouco legível não permite o entendimento pleno do conjunto arqueológico. (Agosto 2019)



Figura 24 – Área de estadia exposta ao sol. (Agosto 2019)



Figura 25 – Fragmentos do templo que interrompem o percurso. (Agosto 2019)



Figura 26 – Fragmentos do templo que interrompem o percurso. (Agosto 2019)



Figura 27 – O uso de brita em zona de passagem. (Agosto 2019)



Figura 28 – Vista da via do infante e vedação no limite do terreno. (Agosto 2019)

9.2. Objetivos da intervenção

A intervenção direciona-se para três objetivos: primeiro, estabelecer um percurso de visita acessível e confortável, facilmente reconhecível pelos visitantes que, simultaneamente, constitua uma barreira de proteção às ruínas.

Segundo, melhorar a estratégia de comunicação e descodificação da informação para o visitante, através de uma sinalética mais eficiente e disposta de melhor forma.

Terceiro, valorizar a experiência da paisagem envolvente, situada na transição entre o mar e o barrocal e assegurar a possibilidade de “estar” e “contemplar” o lugar, através da definição de áreas de descanso “móveis” e protegidas do sol.

São critérios que orientam a intervenção a preservação do Monumento Nacional, através da criação de um percurso de visita contínuo e circular, que conduza os visitantes e proteja as ruínas e o uso de materiais não nocivos para o Monumento, relacionados com os materiais construtivos da época romana e da região, garantindo-se a compatibilidade de materiais e a reversibilidade da intervenção.

Para a construção destes objetivos também contribuiu o Estudo de Diagnóstico de acessibilidade em museus, palácios e monumentos realizado, em 2019, pela Dr^a Clara Mineiro, pelo Arq^o João Herdade e pela designer Fátima Peralta, sob a coordenação do Arq^o João Seabra Gomes, responsável pela DEPOF/DGPC¹⁸⁵, que incluiu a visita e análise das Ruínas de Milreu, da qual resultaram algumas sugestões de melhoria de acessibilidade, nomeadamente:

- a) Estudar um percurso confortável com piso contínuo, liso e firme que tenha desníveis menos acentuados que percorra os pontos chave da Ruína.
- b) Assinalar desníveis com faixas contrastantes e antiderrapantes.
- c) Assinalar os degraus e as rampas com faixas contrastantes.
- d) Colocar corrimãos conforme norma e criar um percurso confortável.
- e) Instalar bancos com braços, costas e mesa de apoio com altura de 0,80m.

¹⁸⁵MINEIRO; HERDADE; PERALTA, 2019.

9.3. Descrição da proposta

A proposta inicia-se no ponto 1¹⁸⁶ no final da rampa e da escada do edifício de recepção. O pavimento lajeado feito em 1999 será removido e substituído por saibro estabilizado na cor mais próxima do piso natural¹⁸⁷. Pretende-se com esta ação colocar em evidência das lajes de pedra da original calçada romana e, simultaneamente, criar uma superfície que possibilite uma deslocação mais confortável e segura. Os visitantes passam pela sinalética que indica o *frigidarium* – ponto 2 – onde acedem a um passadiço elevado, metálico, apoiado no solo que permite visualizar os mosaicos da pequena piscina. Retornando à calçada romana retomam o trajeto em direção ao ponto 3 passando por três *Cupressus sempervirens var italica* muito bem desenvolvidos. Encontram outra sinalética que fará referência à entrada principal da Domus romana. Deste ponto tem-se a vista do mar, no sentido sul. O piso diferenciado do trajeto inibirá os visitantes em entrarem no área de vestígios arqueológicos. Até este ponto a inclinação do percurso atinge 5%.

Entre o ponto 3 e 4 a inclinação em um pequeno troço de 5 metros aumenta para 10%. Chega-se à entrada do Edifício de Culto – ponto 4 - com outra sinalética. Neste ponto existe a dificuldade da laje romana que perpassa transversalmente o caminho, sendo no entanto possível a transposição deste obstáculo com recurso a um dispositivo de tração que será adquirido para uso dos visitantes com mobilidade reduzida. Este dispositivo (Swiss track), que se acopla à cadeira de rodas, já é usado noutros monumentos também permite a circulação autónoma em zonas com declive superior a 6%. É seguro, potente, silencioso e de fácil utilização bastando a cadeira ser rígida.

No final da calçada romana chega-se ao fim da primeira parte do percurso. Os visitantes com mobilidade total poderão subir alguns degraus e apreciar o interior do templo, espaço onde o percurso não resultou inclusivo.

Parte-se para outro passadiço elevado, metálico, novamente apoiado no solo, com inclinação de 6% e através do qual se chega à entrada dos proprietários, onde existem as ruínas de um forno. Rumo ao ponto 5 por mais

¹⁸⁶ São 12 pontos de paragem encontrados na peça desenhada 01: Plano Geral

¹⁸⁷ Peça desenhada 07: Plano de Pavimentos

um passadiço metálico os visitantes chegam à vista do jardim com peristilo, onde vislumbram a zona privada dos proprietários e a vista espetacular da totalidade da propriedade e da paisagem envolvente, nomeadamente do Monte Figo.

Na sequência do percurso segue-se o ponto 6, ao qual se acede por outro passadiço elevado metálico com 7% de inclinação que permite o acesso a um amplo pavimento de saibro estabilizado fronteiro à Casa Rural, com total mobilidade¹⁸⁸. Ambos os pontos terão sinalética atualizada.

Quando o visitante sai da Casa Rural é convidado a continuar o percurso, situação que não existe atualmente. Visualiza, ao longo da vedação que separa do laranjal vizinho, os arbustos: *Pistacia lentiscus*, *Arbutus unedo*, *Punica granatum* e *Rosmarinus officinalis*, já existentes e bem desenvolvidos. Na proposta o plano de plantação¹⁸⁹ propõe a continuidade da vegetação autóctone acrescentando as espécies *Viburnum tinis*, *Mirtus communis*, *Laurus nobilis* e *Lavandula stoechas*. Existe a previsão de instalação, em toda o limite norte, de barreiras acústicas a fim de mitigar o ruído vindo da Via do Infante. Espécies trepadeiras utilizadas na época romana como a *Vitis vinifera* e a *Hedera helix* serão instaladas para esconder o conjunto, encobrindo as barreiras. O critério adotado no plano de plantação para esta zona é o de criar um anteparo visual para as barreiras assim como criar um microclima mais húmido e sombreado.

Ao longo do percurso prevê-se um guardacorpo de ferro pintado. Rumo ao ponto 8, vê-se todo o piso de mosaico dos quartos de hóspedes e chega-se ao nível do jardim de peristilo, onde existe uma grande área de observação e paragem pavimentada com saibro estabilizado, tal como o restante percurso, com sinalética a informar que neste ponto havia uma rampa de acesso ao lagar de vinho e azeite que se encontra soterrado, mas totalmente preservado, aguardando uma empreitada para mostrar sua grandiosidade ao público.

Parte-se para o ponto 9, com sinalética a informar sobre essa zona, que permite a observação da zona descoberta dos lagares da propriedade. Com inclinação de 10% neste troço o visitante de mobilidade reduzida fará melhor o percurso com o equipamento de tração a ser adquirido.

¹⁸⁸ Projeto executado por Joaquim Garcia (da empresa Arqueo Hoje) em 2007

¹⁸⁹ Peça desenhada 09: Plano de Plantação

A lei de acessibilidade nacional¹⁹⁰ permite inclinações até 6% para a mobilidade inclusiva e o visitante precisa percorrer aproximadamente 50 metros numa inclinação superior, o que justifica a compra do equipamento.

Ainda sob a inclinação máxima, a ser percorrida, chega-se ao ponto 10 onde o visitante é informado pela sinalética e conhece a *Natatio*, piscina de grande dimensão que foi, no passado, totalmente revestida de mármore, com profundidade de 1,50. Também se percebe uma sauna com paredes circulares.

Nesta zona, junto à margem do Rio Seco existem vestígios arqueológicos da *cloaca*, sistema de esgoto criado pelos romanos para recolher os dejetos que eram trazidos pela ação da gravidade. A água, abundante em Milreu, servia primeiro aos proprietários, passando pelos aposentos e áreas sociais, depois passava pelas termas e finalmente chegava à área de serviço, onde finalmente era descartada. No meio da mata ripícola, no limite Oeste do terreno, existe uma escada de acesso. O percurso acessível não contempla este acesso. Esta zona é naturalmente húmida e sombreada mas também muito inclinada.

Finalizado o percurso inclinado neste ponto 11, o visitante conhece as espécies utilizadas pelos romanos em canteiros projetados e executados pelos estudantes de Arquitetura Paisagista da Universidade do Algarve e chega a um patamar planificado após a construção da receção onde é recebido por uma frondosa *Olea europae L.* que proporciona vasta sombra no período da tarde e pode ser usada como área móvel de descanso e contemplação, um pouco antes de finalizar o percurso.

A ideia de área móvel funcionará com a aquisição de cadeiras que poderão ser customizadas e caracterizadas com o logotipo do Monumento Nacional e alugadas na receção, a exemplo do que ocorre nos parques ingleses.

Retomando ao percurso contempla-se deste patamar as zonas da fornalha e dos aposentos dos serviços, pouco ou nada apreciados no percurso de vista atual.

O guardacorpo metálico acompanha o percurso de visita até aí e este termina após o passadiço metálico retornando ao ponto 1¹⁹¹.

¹⁹⁰ Decreto-Lei 163/2006

¹⁹¹ Peça desenhada 08: Elementos Construídos e Sinalética

O visitante tem ainda a possibilidade de absorver toda a história que experimentou continuando no percurso à direita, dirigindo-se para uma zona que atravessa o terreno ao sul e o leva a contemplar o Edifício de Culto noutra perspetiva, numa área alargada e sombreada também em saibro estabilizado. Pode-se simplesmente estar ou realizar piqueniques e alguma conversa sobre a experiência da visita.

O plano de plantação usa o mesmo critério de continuidade das espécies autóctones e propõe para esta zona um aumento do pomar de sequeiro com *Ceratonia siliqua*, *Prunus dulcis* e *Ole europae L.* com a multiplicação das áreas de estar móveis sob a sombra de suas copas. Ao fundo, junto ao limite, sul os mesmos arbustos *Pistacia lentiscus*, *Punica granatum*, *Rosmarinus officinalis*, *Viburnum tinis*, *Mirtus communis*, *Laurus nobilis*, referidos anteriormente, formam uma moldura verde como anteparo visual à vedação. Existe um acesso de veículos neste limite mas não foram detectados vestígios arqueológicos o que permite o uso da vegetação como recurso para o conforto físico e visual.

9.4. Adequação da intervenção às características do imóvel e compatibilidade dos materiais

O percurso de visita a concretizar apresenta, ao longo do seu desenvolvimento, três tipologias.

Na primeira, que ocupa a maior extensão do percurso, este assume uma posição afastada dos vestígios existentes, não interferindo fisicamente com estes. O percurso desenvolve-se ao nível do solo, adaptado à topografia existente, sendo pavimentado com saibro estabilizado com um ligante pozolânico (solução disponível no mercado nacional) que remete para técnicas construtivas romanas. Será mais resistente que o saibro solto, adequando-se aos desníveis que o percurso assumirá e permitindo a circulação de um sistema de tração para visitantes com mobilidade reduzida. Do lado das ruínas, o percurso é sempre acompanhado por um guarda-corpo que guia os visitantes e impede o acesso às ruínas. O guarda corpo será de ferro pintado, idêntico aos guarda-corpos já existentes nas rampas de acesso do Centro de interpretação à área das ruínas.

A segunda tipologia diz respeito a troços onde, por falta de alternativas, o

percurso tem de se sobrepor às estruturas construídas, bem como, a zonas de aproximação ao monumento para uma melhor visibilidade das ruínas. Nestas situações recorre-se a passadiços metálicos autoportantes. Os elementos metálicos serão executados em ferro e pintados com uma cor neutra, idênticos a várias guardas já instaladas no edifício de receção dos visitantes.

Finalmente, a terceira tipologia, regista-se na antiga calçada romana. Neste troço as lajes colocadas na anterior intervenção de reabilitação serão retiradas e os espaços entre as lajes originais serão preenchidos com saibro estabilidade com ligante pozolânico.

Na envolvente das ruínas, junto à vedação serão colocadas barreiras acústicas e vegetação com o objetivo de reduzir as intrusões sonoras e visuais que afetam o espaço.

9.5. Avaliação dos benefícios esperados

Os benefícios das ações previstas focam-se na melhoria da experiência de visita do monumento, na inclusão de visitantes com mobilidade reduzida, permitindo alargar o acesso a visitantes com mobilidade reduzida, atualmente não possível e na proteção das ruínas de pisoteio indevido. A opção por pavimentos estáveis permitirá o uso de um sistema de tração que possibilitará o acesso a visitantes com mobilidade reduzida.

A renovação da sinalética permitirá uma melhor comunicação com os visitantes.

A definição de barreiras que permitam reduzir as intrusões visuais e sonoras e a instalação de áreas de estadia, valorizará o monumento e a qualidade da visita que este poderá proporcionar.

Conclusões e Considerações Finais

A presente proposta de Anteprojeto para as Ruínas Romanas de Milreu representa a concretização de um desejo latente da Direção das Ruínas de Milreu que é o de proporcionar acessibilidade total e também a máxima proteção dos vestígios arqueológicos, nomeadamente, dos seus mosaicos.

O desafio de se trabalhar em uma zona repleta de ruínas, localizado em uma encosta de relevo muito inclinada não impediu que os objetivos fossem cumpridos.

Realizou-se um estudo aprofundado do objeto de intervenção, quer na perspetiva do seu significado e evolução histórica, quer na perspetiva do reconhecimento da situação atual. Para tal desenvolveu-se um demorado trabalho de campo, com várias visitas e estadias no local e conversas com vários especialistas, em particular com a Cristina Teté Garcia, arqueóloga da DGPC, que acompanhou várias das visitas.

Reuniu-se informação sobre turismo acessível, nomeadamente normativa e recomendações e visitou-se um local de referência de boas práticas no que respeita à acessibilidade em Portugal, o Castelo dos Mouros em Sintra .

Estabeleceu-se um percurso de visita acessível e circular que, simultaneamente, constitui uma barreira de proteção às ruínas, devido à presença do guarda-corpo. Identificou-se um equipamento como o Swiss Track, utilizado no Castelo dos Mouros, para ultrapassar limites impostos pela topografia que não puderam ser não resolvidos no âmbito do projeto, dadas as limitações relativamente ao recurso a escavações para nivelamento e instalação de sapatas,

A paisagem envolvente foi valorizada através do desenho do percurso e das paragens marcadas pela sinalética que, para além de informar sobre as ruínas, proporciona vistas panorâmicas. Convém lembrar que a solução adotada para sinalética pela Direção Regional de Cultura do Algarve, nomeadamente pela Cristina Teté Garcia, atenta às melhores estratégias de comunicação e informação ao visitante, mostrará perspectivas de como era a arquitetura da época romana.

Foi definida uma intervenção de intensificação da vegetação, através da

elaboração de um plano de plantação que contempla espécies autóctones, posicionadas de modo a não comprometer os vestígios arqueológicos nem as futuras escavações, com o uso de espécies da época romana como a vinha e a hera para “esconder” as barreiras acústicas posicionadas ao norte.

O investimento nestas barreiras ocorre como um recurso de conforto acústico e favorece a imersão na história de Milreu, valorizando a experiência da visita. Espécies como o *Laurus nobilis*, *Pistacia lentiscus* e *Viburnum tinus* impedirão a vista da Via do Infante, sem prejuízo da vista da paisagem envolvente.

Por fim, foi prevista uma zona de descanso e contemplação no final da visita, junto ao espetacular edifício de culto e acomodada por espécies arbóreas de pomar de sequeiro como *Prunus dulcis*, *Ceratonia siliqua* e *Olea europea L.* para maior sombreamento. Neste local poderão ser utilizadas cadeiras portáteis disponibilizadas na receção, como ocorre, por exemplo nos parques ingleses.

Sob a sombra destas espécies também poderão ser criadas, pelo visitante, áreas móveis de descanso protegidas do sol ao longo do dia.

Espera-se que estas intervenções pensadas para Milreu ampliem o número de visitantes e traga máxima satisfação na experiência de visita informando todos, sem exceção, sobre a grandeza da importante história que o território testemunhou.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1988.

ALVO, Susana Filipa Soeiro de - *O Centro Histórico de Faro: a arquitetura e as suas influências*. Dissertação de Mestrado integrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa: s.n., 2014.

ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

AZEVEDO, Mariana Alexandra Carneiro - *Arquitetura Contemporânea nos Sítios Arqueológicos*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto: s.n.2009.

BERNARDES, João Pedro; OLIVEIRA, Luís Filipe - *A Calçadinha de São Brás de Alportel e a antiga Rede Viária do Algarve Central*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de Brás de Alportel: 2002.

BERNARDES, João Pedro - "A Cidade de Ossónoba e o seu Território". Anais do Município de Faro. XXVII. Faro: CMF, 2012.

BERNARDES, João Pedro; CASSANDRA, Gonçalves - *Sal e Pesca no Algarve Romano*. Município de Olhão: Museu Municipal de Olhão, 2016.

BERNARDES, João Pedro - *Caminhos do Algarve Romano*. Museu Municipal de Faro: Câmara Municipal de Faro, 2005.

BOWE, Patrick - *Gardens of the Roman World*. Los Angeles: Getty Publications, 2004.

BRAGANÇA, Carlos; GONÇALVES, Marta; PRATES, Gonçalo - *Estruturas mediterrânicas tradicionais. A utopia da paisagem urbano-turística do Algarve*. Lisboa: Universidades Nova de Lisboa, 2017.

BRÜHLMANN, Beate; TEICHNER, Félix - "Sobre el Diseño del Paisaje Romano en el Sur de la Lusitania (Algarve, Portugal): Los Jardines de las Villas de Milreu (Estói). y Abicada (Mexilhoeira Grande)". In PONS PUJOL, Lluís (ed.) - *Paradeisos. Horti. Los Jardines de La Antigüedad*. Barcelona: Universitat de Barcelona Edicions, 2020, pp. 155-187.

CABRAL, Francisco Caldeira - *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993.

CARDOSO, João Luís - *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 21. Oeiras:

Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA PAISAGISTA CALDEIRA CABRAL - *Caracterização Da Arquitetura Paisagista Em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

GARCIA, Cristina Tété - *Candidatura do Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu, Fase I*. DRC Algarve, Faro, 2017.

GARCIA, Cristina Tété - *Relatório de Conservação e Restauro das Ruínas Romanas de Milreu. Fase I: Manutenção e Conservação dos Mosaicos*. DRC Algarve, Faro: 2015.

DEMMING, Ellen M.; SWAFFIELD, Simon - *Landscape Architecture Research. Inquiry, Strategy, Investigation*. Wiley: 2011

FARRAR, Linda - *Ancient Roman Gardens*. Stroud: Sutton Publishing, 2000.

FORTES, Mário Luís Soares - *A Gestão da Água na Paisagem Romana do Ocidente Peninsular*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: s.n., 2008.

FIRMINO, Ana - *A Casa Ecológica: inovação e desenvolvimento sustentável*. Universidade Nova de Lisboa: Geolnova10, 2004.

GIROT, Christophe. *The Course of Landscape Architecture*. Londres: Thames & Hudson, 2016.

GOMES, Ana Teresa Carneiro - *O projeto de Arquitetura Paisagista em Sítios Arqueológicos Caso de estudo: Cidade de Terroso*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2015.

GOTHEIN, Marie-Luise - *History of Garden Art*. Nova Iorque: Dutton, 1928.

GUIA DE BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE - *Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. Lisboa: Turismo de Portugal, I. P., Direção Geral do Património Cultural, 2017.

HAUSCHILD, Theodor - *O Edifício de Culto do Complexo de Ruínas Romanas de Estoi*. In *Arqueologia e História*. Lisboa: sér.10, I-II, 1984-1988.

HAUSCHILD, Theodor; TEICHNER, Felix - *Roteiros da Arqueologia Portuguesa: Milreu*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico. Volume IX, 2002.

HAUSCHILD, Theodor - *A Arquitetura e os Mosaicos do Edifício de Culto ou Aula*

da Villa Romana de Milreu. Lisboa: Revista de História da Arte nº6, 2008.

HAUSCHILD, Theodor - *O Edifício de culto do complexo das ruínas romanas de Estoi, na província da Lusitânia*. Arqueologia e História, série 10, I-II, p.123-150. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1984.

HOBHOUSE, Penelope— *Plants in Garden History*. Londres: Pavilion Books Limited, 1997.

JASHEMSKI, Wilhelmina F. - *A Pompeian herbal: ancient and modern medicinal plants*. Austin: University of Texas Press, 1999.

JELLICOE, Geoffrey & Susan - *The Landscape of Man: Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day*. Londres: Thames & Hudson, 1995.

JELLICOE, Geoffrey (ed.) et al. - *Oxford Companion to the Garden*. Oxford: University Press, 2001.

KOLEN, Jan; RENES, Han; BOSMA, Koos - *Research in Landscape Architecture, Methods and Methodology, Landscape Biography*. Editado por Adri van den Brink, Diedrich Bruns, Hilde Tobi, Simon Bell: 2011.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editora Stampa, 1993.

MAGALHÃES, Manuela Raposo - *Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editora Estampa, 2001.

MALOBRIA, Patricia Mimoso Vairinhos - *Estoi Identidade e Transformação*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2009.

MANTAS, Vasco Gil - *Navegação e portos do Algarve Romano*. Faro: Revista do Arquivo Municipal de Loulé, nº16: 2016.

MOSLER, Asli Saruhan - *Landscape Architecture on Archaeological Sites Establishing landscape design principles for archaeological sites by means of examples from West Anatolia, Turkey*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Munique, Alemanha, 2006.

MAKHZOUMI, Jala M – “*Landscape ecology as a foundation for landscape architecture: application in Malta*”. Landscape and Urban Planning. Beirute: Universidade Americana de Beirute, 2000.

MUÑOZ, Alejandro Fornell - *Las Villae romanas de la Andalucía Meridional e del Estrecho*. Jaén: Tesis Doctoral, Universidad de Jaén, 1999.

OLIVEIRA, Cristina Fernandes de - *Mosaicos Romanos de Portugal. O Algarve Oriental*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia Clássica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 Vols. Coimbra: s.n., 2010.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Lisboa: 2ªed.Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

RODRIGUES, Sandra - *As Vias Romanas do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - *Plano Operacional De Respostas Integradas*. República de Portugal: 2017.

ROGERS, Elizabeth Barlow - *Landscape Design: A Cultural and Architectural History*. Nova Iorque: Harry N Abrams, 2001.

ROSA, Manuela Pires; LANDIM, Isabel; LOUREIRO, Nuno de Santos - *Análise da acessibilidade de percursos culturais em Faro. Um contributo para a Regeneração Urbana e o Turismo Acessível*. Includit IV. Faro: 2016.

SILVA, Maria Luísa Estácio da Veiga - *Estácio da Veiga, cientista algarvio, pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Estudos Algarvios, volume XVII. Faro: Casa do Algarve, 1984.

TEICHNER, Felix - *Zwischen Land und Meer. Entre tierra y mar. Entre a terra e o mar. Arquitetura e economia de assentamentos rurais no sul da província romana da Lusitânia (Portugal)*. Mérida: Studio Lusitania, 2004.

TEICHNER, Felix – *La Produccion de Aceite y Vino en la Villa Romana de Milreu (Estoi): el éxito del modelo catodiano en la Lusitania*. Anales de Prehistoria e Archeología. Vols 27-28. Murcia: Universidad de Murcia, 2011-2012.

TEICHNER, Felix – *Breve descrição dos vestígios arqueológicos sob a casa rural de Milreu*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, 2012.

Turismo de Portugal - *Estratégia Turismo 2027. Liderar o Turismo do Futuro*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2017.

TURNER, Tom – *Twenty Four Historic Styles of Garden Design*. Londres: Gardenvisit.com, 2008.

VEIGA, Sebastião Philipps Martins Estácio - *Antiguidades Monumentais do Algarve - Tempos Históricos*. Volume II. Faro: Universidade do Algarve, 1988.

VIEGAS, Catarina - *Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano*:

entre o Mediterrâneo e o Atlântico. O Arqueólogo Português, Série V, 1: 2011.
VITRÚVIO - *Tratado de Arquitetura*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa,
Instituto Superior Técnico, 2006.

Fontes da Internet

Centro de Habilitação de Gaia. *Princípios do Design Universal*. Consultado em 2019.

http://www.crbg.pt/estudosProjectos/temasreferencia/acessibilidades/Documentos/7_pincipiosdesesnhounivers.pdf

Direção Regional de Cultura do Algarve. *Conservação das ruínas de Milreu*.

Consultado em julho de 2019. <http://www.cultalg.pt/pt/algarve2020?b=ALG-04-2114-FEDER-000010>

Direção Regional de Cultura do Algarve. Portal do Arqueólogo. Consultado em julho de 2019. <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Ine/Pordata. Última atualização em 11/12/2018. Consultado em agosto de 2019.

<https://www.pordata.pt/Portugal/Tr%C3%A1fego+de+passageiros+nos+principais+aeroportos+Lisboa++Porto+e+Faro-3248>

Internacional Federation of Landscape Architects. Convenção 2003.

Consultado em agosto de 2019 <http://iali.or.id/jabar/wp-content/uploads/2014/02/ladefinalversion30.pdf>

Parque de Sintra – Monte da Lua. Consultado em agosto de 2019.

<https://www.parquesdesintra.pt/planear-a-sua-visita/acessibilidades/sobre-o-projeto/>

República Portuguesa. Cultura Norte. Cartas e Convenções.

<http://www.culturanorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2883

ANEXOS

Anexo I – Legislação Nacional sobre Arqueologia e Património

Decreto-Lei nº 164/97 de 27 de junho.

Decreto-Lei que ratifica a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da UNESCO.

Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de julho Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Decreto Lei nº 121/99 de 20 de agosto Utilização de Detetores de Metais.

Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Nov. Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de julho.

Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de maio Regulamenta os Procedimentos de AIA.

Decreto-Lei n.º 107/2001 Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.

Decreto-Lei nº 131/2002 de 11 de maio Forma de Criação e Gestão de Parques Arqueológicos.

Despacho n.º 8617/2002 Tabela de preços para reprodução de documentos.

Decreto-Lei n.º 197/2005 Restabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) atualizando o Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de maio.

Portaria n.º 376/2007 Aprova os estatutos do IGESPAR, I. P.

Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de março Orgânica do IGESPAR, I. P. (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.)

Portaria n.º 373/2007 de 30 de março Estrutura nuclear das Direções Regionais de Cultura e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Decreto-Lei n.º 309/2009 Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009

Cria do Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra.

Decreto-Lei n.º 138/2009 Criação do Fundo de Salvaguarda do Património.

Decreto-Lei n.º 139/2009 Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial.

Decreto-Lei n.º 140/2009 Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou municipal.

Despacho n.º 20571/2009 Tabela de preços a praticar pelo IGESPAR, I.P., por serviços

prestados.

Decreto-Lei nº 35/2011 Decreto-Lei que institui o Coa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Coa.

Decreto-Lei n.º 265/2012 Prorrogação de prazo para a conclusão dos procedimentos de classificação pendentes.

Despacho n.º 6891/2013 Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos e outros Imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural.

Despacho n.º 6891/2013 Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos e outros Imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural

Despacho n.º 7113/2013. Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção-Geral do Património Cultural

Anexo II- Legislação internacional sobre o Património e Arqueologia

1931 Carta de Atenas Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações

1964 Carta de Veneza II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos/ICOMOS

1972 Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural UNESCO

1975 Carta Europeia do Património Arquitetónico Conselho da Europa

1976 Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea UNESCO

1981 Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos ICOMOS

1985 Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada Conselho da Europa

1987 Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas ICOMOS

1990 Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico ICOMOS

1992 Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico Conselho da Europa

1997 Convenção Europeia Para a Proteção do Património Arqueológico (Revista) Convenção de Mata

1999 Carta Internacional sobre o Turismo Cultural ICOMOS

2000 Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído - Conferência Internacional sobre Conservação

2001 Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático UNESCO

2002 Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial

2005 Convenção de Faro Conselho da Europa
2009 Declaração de Viena FERP
2009 Carta de Bruxelas

Anexo III- Legislação internacional sobre o Direito à acessibilidade

2006. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
2013. Recomendações do documento Turismo Acessível, Turismo para Todos, emanadas da Organização Mundial do Turismo (OMT)

Anexo IV- Legislação nacional sobre o Direito à acessibilidade

2004. Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto - Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses;
2006. Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto - Proíbe e pune a discriminação, em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto - Define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais;
2007. Decreto-Lei 74/2007, de 27 de março - Alarga o regime consagrado no Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de abril, às pessoas com deficiência sensorial, mental, orgânica e motora e reconhece, expressamente, o direito de estes cidadãos acederem a locais, transportes e estabelecimentos públicos acompanhados de cães de assistência. A Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro aprova o regime de responsabilidade civil e extracontratual do Estado.
2009. Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho - Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de março de 2007;
2011. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Define as normas e formatos digitais a adotar pela Administração Pública;
2012 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012 de 8 de novembro - A administração Pública Portuguesa adota as Normas WCAG 2.0 do WC3 através da publicação do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID). O RNID é uma das peças da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho referida atrás
2012. Resoluções da Assembleia da República n.º 131 e 132/2012, 19 de outubro - Recomendam ao Governo uma estratégia para promoverem o turismo acessível em Portugal
2013. Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril - Aprova a

revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2013-2015

2014. Resolução da Assembleia da República n.º 102/2014, de 23 de dezembro -
Recomenda ao Governo o cumprimento da legislação sobre acessibilidades e medidas
mais eficazes para a eliminação de barreiras arquitetónicas.

2014. Resolução da Assembleia da República n.º 103/2014, de 23 de dezembro -
Incide sobre a eliminação das barreiras arquitetónicas pela garantia do direito de todos
os cidadãos à mobilidade e à acessibilidade

2016 Despacho normativo n.º 11/2016, de 28 de outubro – Aprova a Linha de Apoio ao
Turismo Acessível e define as condições de candidatura.